

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

LUIZ ROBERTO SILVA

**UM OLHO DIGITAL NO ESPAÇO URBANO:
DISCURSO SOBRE CÂMERAS DE SEGURANÇA, PARA VIGIAR...**

Pouso Alegre, MG

2017

LUIZ ROBERTO SILVA

**UM OLHO DIGITAL NO ESPAÇO URBANO:
DISCURSO SOBRE CÂMERAS DE SEGURANÇA, PARA VIGIAR...**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade
Linha de Pesquisa: Análise de Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Juciele Pereira Dias

Pouso Alegre, MG

2017

Ficha catalográfica

Silva, Luiz Roberto

Um olho digital no espaço urbano: discurso sobre câmeras de segurança, para vigiar... / Luiz Roberto Silva

Pouso Alegre, Univás: 2017

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juciele Pereira Dias

CDD: 410

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Sapucaí, Univás,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “**UM OLHO DIGITAL NO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE CÂMERAS DE SEGURANÇA, PARA VIGIAR...**” foi defendida em 15 de dezembro de 2017, por **LUIZ ROBERTO SILVA**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98010214, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:

Juciele Pereira Dias

Profa. Dra. Juciele Pereira Dias
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora

Carla Barbosa Moreira

Profa. Dra. Carla Barbosa Moreira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFET/MG
Examinadora

Luciana Nogueira

Profa. Dra. Luciana Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

Dedico este trabalho aos meus familiares, em minha eterna gratidão. Aos meus pais e irmãos pelo amor e ensinamentos. Aos meus filhos João, Bruno e Daniel pela inspiração, amor e a emergência do meu exemplo. À Stella pelo seu incentivo, companheirismo e o compartilhamento das angústias e dúvidas, estendendo sempre a sua mão amiga e humana em momentos difíceis.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pelas inúmeras conversas que me tranquilizaram e pela amizade em horas alegres e difíceis. Aos funcionários da secretaria que sempre me atenderam com competência e carinho, em especial ao Guilherme, pessoa e profissional que aprendi a respeitar pelo seu caráter e dedicação ao seu trabalho. Aos meus familiares que torcem pela minha realização pessoal. Ao Professor e irmão Dr. Luís Renato Junqueira pelo exemplo e incentivo. Às professoras do programa pelos ensinamentos, carinho e amizade, em especial à Dra. Carolina Padilha Fedatto que precisou se desviar por um tempo do meu caminho para preparar e trazer ao mundo a pequena Olga, à Dra. Luciana e a Dra. Greciely pelo maravilhoso trabalho realizado na banca de qualificação, à Dra. Juliana pela competência e pelo prazer dos encontros, à Dra. Eni Orlandi pela sua genialidade e pelas várias conversas de amigos comuns em tempos de forte resistência e, por fim, a minha orientadora Dra. Juciele, que não mediu esforços para me orientar, que me ensinou a ter coragem para mostrar a minha história que por muitos anos ficou guardada em minha memória e me encorajou para o enfrentamento dessa grande aventura que é a análise de discurso.

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural...”

(Bertolt Brecht)

RESUMO

Filiado à Análise de Discurso, segundo as perspectivas teóricas de Michel Pêcheux na França e de Eni Orlandi no Brasil, este trabalho tem como objetivo compreender o processo de produção de sentidos sobre as câmeras urbanas no espaço público da cidade de Pouso Alegre (MG), constituído por praças, bancos, ruas, escolas, entre outros. Para isso, são analisados como esses sentidos se inscrevem, por documentos oficiais, produzindo efeitos de proteção, de segurança, de vigilância das pessoas, mas ao mesmo tempo de medo e insegurança pela circulação do discurso midiático, fazendo com que o sujeito, na cidade, (se) signifique em outra discursividade, a da segregação social, que determina “novas” formas de viver e conviver em uma sociedade que vem (se) reorganizando (n)essa realidade. Uma especificidade dessa pesquisa é descrever e interpretar como os sentidos sobre as câmeras são determinados sócio-historicamente, ou seja, o modo como acontece a relação segurança-privacidade dos sujeitos que se constituem na “ordem da cidade” (Orlandi, 2010) de Pouso Alegre. Perguntamos, desse modo, pela relação entre esses sentidos e a vida das pessoas, nas relações sociais, nessa tensão entre o espaço urbano e a organização do digital (máquina / câmera), o modo de viver em meio às imagens flagradas por essas câmeras e quem lê (interpreta) essas imagens.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Câmeras Urbanas, (In) Segurança, Vigilância, Digital.

ABSTRACT

SILVA, Luiz Roberto. **Cameras for security or surveillance: A digital look at urban space**/Luiz Roberto Silva. 2017. Masters thesis – Masters in Language Sciences, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), 2017.

Through Discourse Analysis based on the theoretical perspectives of France's Michel Pêcheux and Brazil's Eni Orlandi, this work aims to understand the process of producing meaning for 'security cameras' or 'surveillance cameras' in public urban spaces, specifically in the city of Pouso Alegre in Minas Gerais, Brazil, which consists of public squares, banks, streets, schools, among others. To achieve this, we analyzed how these meanings are registered and how they affect people's feelings of protection and security, but at the same time, feelings of fear and insecurity about the establishment of official documentation and the circulation of media discourse, causing a person in the city to define themselves in another discourse, that of social segregation, which determines "new" ways of living and cohabitating in a society that is reorganizing itself according to this reality. A specific aspect of this study is describing and interpreting how the meanings of these cameras are socio-historically determined, that is, how the security-privacy relationship of the subjects that constitutes the "order of the city" (Orlandi, 2010) of Pouso Alegre, questioning the relationship between these meanings and ordinary people's lives, how social relations take place with this tension between urban spaces and the digital organization (machine, camera), how to live among the cameras that are recording these images and who reads (interprets) them.

Keywords: Surveillance cameras, Urban space, digital, security, discourse analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - CÂMERAS DE SEGURANÇA E A ORDEM DA CIDADE.....	19
1.1 Considerações sobre a história das câmeras urbanas	24
1.2 Considerações teóricas sobre a Análise de Discurso.....	28
CAPÍTULO II - A DISCURSIVIDADE DAS CÂMERAS URBANAS	41
2.1 A discursividade das câmeras urbanas: procedimentos metodológicos de análise	46
CAPÍTULO III - CÂMERAS URBANAS: VIGILÂNCIA E LIBERDADE.....	56
3.1 Espaços públicos vigiados	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	79
ANEXOS	80

INTRODUÇÃO

As câmeras urbanas, também chamadas de câmeras de segurança e/ou câmeras para vigiar, instaladas no espaço urbano, espaço político-simbólico em que a história e a língua se relacionam, produzindo sentidos em um sítio de significação (ORLANDI, 2012), são determinadas por recursos cada vez mais embasados por um pretenso conceito de proteção dos indivíduos que (se) significam (n)esses espaços. Em certos casos, esses recursos podem ser denominados “digitais” por colocarem sujeitos e máquinas em uma outra ordem de relações nas formas de vigiar e de controlar indivíduos em sociedade e na história. Amplamente instaladas em centros urbanos, além de engendrar um modo diferente de visual na cidade, essas câmeras potencializam um caráter disciplinar e normatizador daqueles que utilizam os espaços públicos da cidade de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais.

Este trabalho é, para mim, em particular, um forte desafio pois meu olhar se volta para um aparelhamento ideológico, e repressor em certas ocasiões, montado pela força estatal e vendido à população enquanto evidência de tornar a vida no espaço urbano mais segura e protegida do crime organizado. Na tentativa de compreender o funcionamento da ideologia enquanto um mecanismo imaginário que produz a evidência de que o sentido é esse e não (pode ser) outro, é que nos lançamos na pesquisa em Análise de Discurso, nas perspectivas teóricas de Michel Pêcheux, na França, e de Eni Orlandi, no Brasil.

O interesse por essa temática remonta ao desejo de questionar, de problematizar o funcionamento ideológico atual do nosso país, em relação aos acontecimentos políticos desse início de século, tendo em vista a situação sociopolítica da fase de minha própria juventude, quando atuei contra forças militares que governavam o Brasil, entre 1964 e 1984. Passei por cidades como Ouro Preto e Belo Horizonte, onde estudei e participei de protestos na década de 1970, muitas vezes sendo necessário esconder-me em casas de resistência por consequência da participação de atos contra o governo. Um dos mais marcantes eventos de minha militância política deu-se pela vitória do II FUC (Festival Universitário da Canção), com a música Hino do Povo, de minha autoria, por mim apresentada no festival de música popular brasileira, com etapa em Belo Horizonte (MG) e final em Santa Rita do Sapucaí (MG), em maio de 1981. A música, composta como resistência à ditadura política, foi usada como elemento de protestos populares contra o regime militar brasileiro.

Os sentidos desse acontecimento musical e político se inscrevem mais fortemente quando a direção da UNE (União Nacional dos Estudantes) – uma frente de forte resistência, e, talvez, uma das poucas frentes acadêmicas organizadas em funcionamento enquanto um

grande movimento social contra o regime militar – se apossou de trechos da canção “Hino do Povo” sem o meu conhecimento/consentimento e partes da letra foram recortadas e colocadas em faixas escritas para circulação em passeatas e em pichações de muros nas ruas de Belo Horizonte, o que fez com que rapidamente esse enunciado se espalhasse por outras cidades de perfil universitário.

A seguir, uma imagem da passeata de estudantes em 1981, na cidade de Belo Horizonte, em protesto frente à falta de liberdade de expressão, parte da atuação da UNE em decisões orçamentárias no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais e manifestação a favor do fim da ditadura militar. O escrito do cartaz é um fragmento da música de minha autoria “Hino do Povo”¹ que tinha o seguinte refrão: ‘Porque a pátria é do povo e ninguém tomará’.

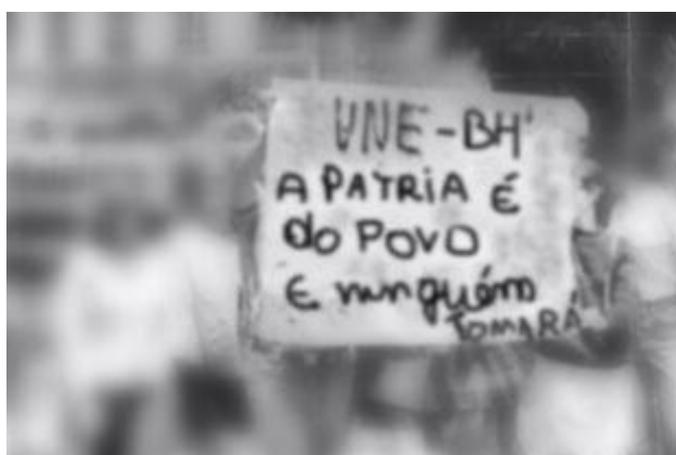


Figura 1. Estudantes em protesto na cidade de Belo Horizonte (1981)

Ao lado das faixas, temos pichações em muros. A seguir, uma fotografia feita em 1981, na cidade universitária de Santa Rita do Sapucaí, que recebeu uma das etapas do II FUC, com trechos da música “Hino do Povo”. Nela, temos um flagrante de uma pichação em muro de residência no centro da cidade em semana de protestos da UNE contra a falta de liberdade de expressão e pelo fim da ditadura militar.

¹ A letra da música está disponível no **Apêndice** deste trabalho.

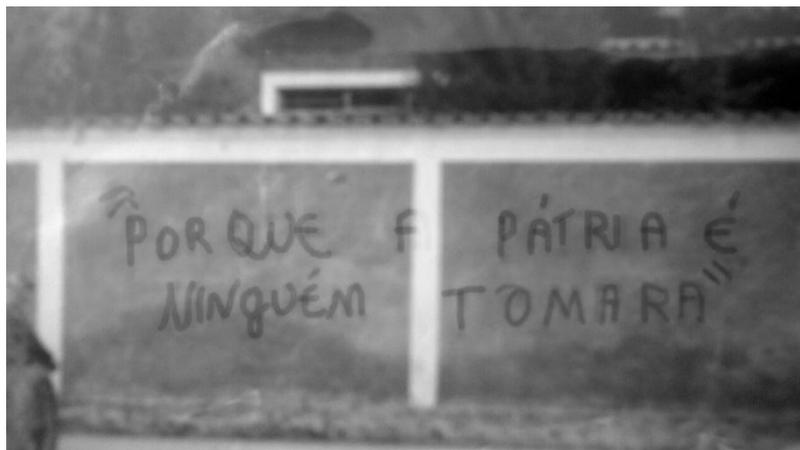


Figura 2. Escrito no muro de residência em Santa Rita do Sapucaí (1981)

A seguir, como parte de um arquivo de imagens da música “Hino do Povo”, temos a fotografia de outra pichação em um muro de barracão na cidade de Belo Horizonte onde aconteceram revoltas contra a ditadura militar na forma de diferentes manifestações, por exemplo, as passeatas e pichações de estudantes na capital mineira.

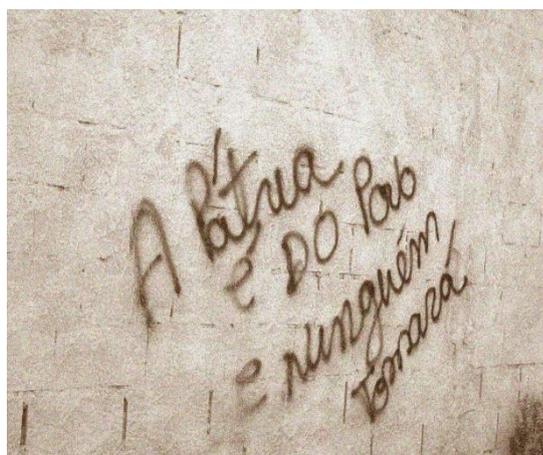


Figura 3. Pichação em muro do Barracão em Belo Horizonte (1981)

Ao mesmo tempo em que o recorte da música circulava por diferentes “matérias significantes” (Orlandi, 2017), uma notícia sobre a música circulou pela mídia impressa em 1981, na página de jornal “O Correio Tupacano”, com matéria completa sobre a conquista da música “Hino do Povo”, no II FUC. Em destaque, o jornalista coloca a pontualidade em que a música ganhou o festival, diante do momento sócio-político em que o país se encontrava.

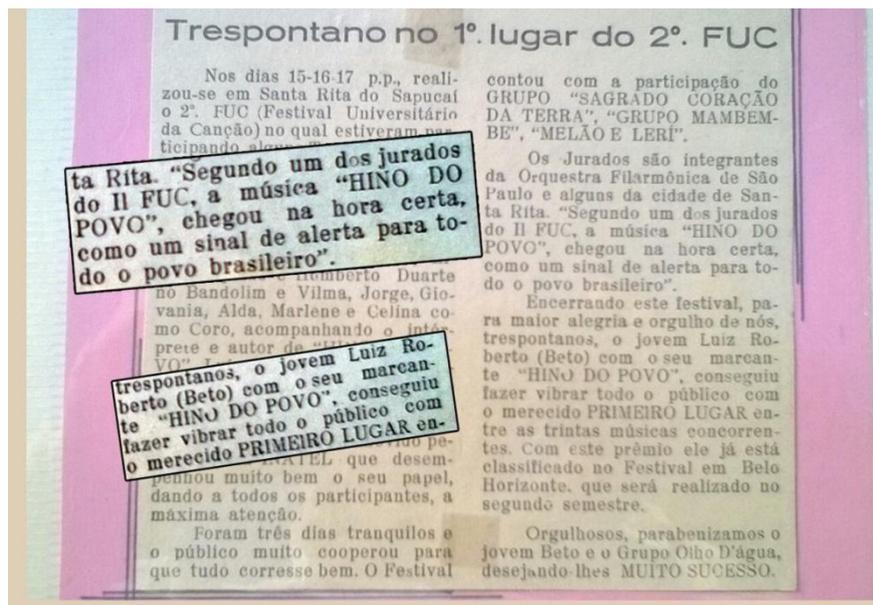


Figura 4. Notícia do resultado do II FUC no Jornal (1981)

Os sentidos que determinam a vitória, simbolizado pelo troféu do II Festival Universitário da Canção – FUC, recebido na premiação do grupo Olho D’água, pela conquista do primeiro lugar, é um acontecimento que marcou o percurso de um grupo, se inscreve na história da sociedade e da música de resistência no Brasil. Neste objeto simbólico da vitória, dentre tantas *paroles* censuradas, o enunciado “Dedico esse prêmio a todos que tiveram suas vozes caladas por um governo desumano”, no troféu, se destaca na figura a seguir:



Figura 5. Troféu do II FUC²

² A gravação foi editada. Conferir original no Anexo.

Os sentidos daquela música ressoam em um batimento entre a memória e a atualidade, ressignificando-se em diferentes circunstâncias de enunciação. Em 2016, a cidade de Três Pontas no interior mineiro, minha terra natal, por meio da Secretaria de Cultura da Prefeitura, realizou um Sarau Comemorativo aos grandes festivais da canção no Brasil que colaboraram para a abertura política e cultural nos anos 1960, 1970 e 1980, lembrando músicas como Disparada de Geraldo Vandré e compositores como Osvaldo Montenegro, Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento. Naquela ocasião, a música “Hino do Povo” foi apresentada ao público, interpretada pelo Grupo musical Doralice e em outra mídia, a digital, foi publicada uma reportagem do Canal UltraNativo³, que textualizou o seguinte:

Banda Doralice interpretando Hino do Povo, do compositor trespontano Luiz Roberto Silva, no Sarau no Quintal em homenagem às canções que marcaram a história dos Festivais no Brasil. Luiz Roberto fazia parte do primeiro grupo da cidade que ganhou um festival depois de Jaime Abreu, foi o II FUC-Festival Universitário da Canção, uma promoção de todos os diretórios acadêmicos das Universidades Mineiras ligadas a UNE-União Nacional dos Estudantes, divididos por regiões de Minas Gerais. O Festival aconteceu em Santa Rita do Sapucaí, em abril de 1981, organizado pelo INATEL, o grupo se chamava “Olho d’Água”. (CANAL ULTRANATIVO, 2016).

O grupo que apresentou pela primeira vez a música “Hino do Povo” foi formado por jovens músicos em 1980 para me acompanhar em festivais com músicas de minha autoria e recebeu o nome Olho D’água, que era composto por cinco músicos e um back vocal (coro) com três vozes. Esse grupo acompanhou-me em festivais universitários nas cidades de Alfenas (MG), Santa Rita do Sapucaí (MG), Varginha (MG) e Belo Horizonte (MG).



Figura 6. Confraternização da vitória do II FUC (1981)⁴

³ Disponível na internet pelo endereço <https://youtu.be/eKWGfqpdnM8>, acessado em 12 nov. 2017.

⁴ A comemoração da vitória foi realizada nas ruas de Três Pontas, junto com amigos, estudantes e participantes do Grupo Olho D’água, com o autor do “Hino do Povo”, na chegada a sua terra natal, após o II FUC.

O nome do grupo já se constituía em referência à ditadura militar, uma vez que anunciava o nascimento de uma resistência cultural, como o nascimento da própria água em sua nascente quando brota da terra, e que inevitavelmente vai escorrer, avolumar-se, levar consigo, unir-se a outras águas, formar um pequeno riacho e depois um grande rio. Considerando os elementos naturais da formação de um “olho d’água”, desde a evaporação até o encharque do solo e conseqüentemente a inevitável brota, com calma, devagar e com equilíbrio, os pensamentos também se filiavam às causas políticas e sociais do momento na busca de uma abertura para assuntos sociais, tolerância cultural, união dos estudantes, liberdade de expressão e o nosso propósito maior: o fim da ditadura militar.

Apesar do enfraquecimento da ditadura do regime militar no início dos anos 1980, os militares não me deram trégua e armaram uma busca em minha cidade natal, onde eu me encontrava, no interior de Minas Gerais. Essa busca não resultou em conseqüências punitivas, legais ou jurídicas, pois já não havia nenhum tipo de filiação partidária ligado ao meu nome, logo não passou de uma busca documental por algumas informações. Enquanto isso, o Brasil comemorava a anistia ampla, geral e irrestrita, trazendo de volta os exilados nas décadas de 1960 e 1970. Desse modo, segui minha vida no trabalho e nos estudos, porém com muito receio da vigilância anunciada.

Na minha inquietação na música, por festivais em que participei e na minha maneira de compor, sempre esteve presente a problematização da liberdade, da opressão, de maneiras de combater a ditadura que vigorava em nosso país na época. Levado a pensar nas questões sociais que se inscreviam na história do Brasil, pela ditadura militar, como prisões de intelectuais, poetas, músicos, professores e qualquer outro que se organizasse contra o regime ou fizesse resistência a suas ideias e atitudes, percebia o quanto estávamos presos, vigiados, controlados, mesmo não estando em prisões. Por essa condição de controle é que me coloco como autor de um trabalho de dissertação de mestrado que vai tratar da questão do olho digital, olho cristalizado, denominado “Olho Vivo” nas políticas públicas que legitimam o funcionamento das câmeras urbanas. Câmeras essas denominadas como de segurança, de vigilância e de monitoramento do espaço público, espaço de circulação do povo na cidade, determinada pela “ordem do digital” ou, diríamos, de uma “censura digital” (Moreira, 2017).

A questão da vigilância se inscreve na minha história de vida e no objeto de análise do presente trabalho de modo que se faz necessário trabalhar o “dispositivo ideológico” (Orlandi, 1996), os sentidos, esses de vigilância na sociedade e na nossa leitura da história, os quais determinam nosso gesto de análise. Esse trabalho sobre o processo de produção de sentidos se faz pelo “dispositivo teórico” (Orlandi, 1996) da Análise de Discurso, em que temos como

objetivo analisar a discursividade das câmeras de vigilância na cidade de Pouso Alegre (MG) e os modos como, nas relações sociais, pela linguagem, em certa conjuntura histórico-social, se dá o processo de constituição do sujeito no espaço urbano. Sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo (Orlandi, 2004), significando por ruas, praças, bancos, escolas e outros, demandando por compreensão do funcionamento discursivo das câmeras, o modo como acontece a relação segurança-privacidade e os sujeitos ali constituídos, resultantes da interpelação ideológica e de identificação na sociedade.

Para compreender os processos de produção de sentidos nas relações sociais, tomamos a língua como uma materialidade pela qual descreveremos os processos de produção de sentidos. Segundo Pêcheux (2009), a língua é a materialidade específica do discurso, que, por sua vez, é a materialidade específica da ideologia. Em nossa leitura, o discurso é uma prática social de produção de sentidos entre locutores (Pêcheux, 1969) e é determinado pelas condições de produção nas quais se atualiza, ou seja, nas relações que podem se dar em certa ordem.

Na organização do espaço urbano temos constelações de significantes, sentidos em fuga (Orlandi, 2004), em que o (con)viver abre para a possibilidade do sentido outro, em sociedade, determinada por dizeres inscritos nesse espaço. Em relação à exterioridade, buscamos analisar o discurso daquele que ocupa o espaço urbano, na ilusão do estabilizado, significado na incompletude da linguagem e tendo o político como constitutivo do dizer. Em Análise de Discurso, não se trata do sujeito empírico ou do indivíduo em seu lugar social, mas do sujeito que se inscreve em uma formação discursiva, toma posição pela qual seu dizer significa, em nosso caso, em relação às câmeras urbanas.

O trabalho aqui proposto parte de uma apresentação da questão da minha experiência em relação à vigilância, como ela foi colocada em minha vida a partir da época da ditadura militar, quando, ainda jovem, por meio da música, fiz parte de movimentos de resistência. Este foi nosso modo de adentrar nesta dissertação que tem como objeto a discursividade sobre as câmeras urbanas e a deriva de sentidos para segurança, vigilância, monitoramento das relações cotidianas entre sujeitos no espaço público da cidade de Pouso Alegre - MG. O *corpus* da pesquisa é constituído por entrevistas, fotografias, Lei Estadual, Declaração de Direitos do Homem, artigo da “Constituição Federal” e jornais e notícias do site da Polícia Militar de Minas Gerais na Internet, dos quais recortamos para análise fragmentos de linguagem-e-situação na fala dos entrevistados, bem como trechos das leis e fotografias que darão embasamento em nossa investigação. Tais recortes compõem o *corpus de análise* dessa pesquisa de mestrado.

No capítulo 1, intitulado “Câmeras urbanas e a ordem da cidade”, trazemos uma leitura de leis e normatizações, tratadas aqui pelo projeto “Olho Vivo” da Polícia Militar de Minas Gerais, voltado para a cidade de Pouso Alegre (MG). Mobilizamos também a noção de “espaço urbano” (ORLANDI, 2014) em relação ao modo como se constitui a discursividade das câmeras na cidade, enquanto aparatos tecnológicos institucionalizados pelo Estado para segurança, para vigiar.

No capítulo 2, “A discursividade das câmeras urbanas”, abrimos um espaço de discussão sobre “liberdade” enquanto condição da mobilidade do espaço urbano em relação às significações produzidas pelo/no espaço digital, determinado pelas capturas de imagens (em vídeos) das câmeras. Problematizamos, assim, quando a convivência, que tem o político (divisão de sentidos) como constitutivo, pelo simbólico, desorganiza o urbano, permitindo compreender o funcionamento do discurso, pelo qual se dão as relações sociais, relações de sujeitos e resistência no cotidiano da cidade. Trabalharemos também, nesse capítulo, a questão da modalidade imobiliária dos condomínios, forma de moradia que se torna cada dia mais comum nas cidades e traremos as primeiras análises do corpus constituído neste capítulo pela entrevista com moradores e trabalhadores do centro urbano de Pouso Alegre, com o responsável pela guarda municipal e com notícias de jornais em forma de recortes discursivos.

No capítulo 3, intitulado “Câmeras urbanas: vigilância e liberdade”, analisaremos como corpus de análise, recortes dos textos das seguintes leis: a nossa Constituição, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Código Civil Brasileiro, recortes de jornal e recortes de entrevistas que legitimam a inviolabilidade da privacidade do cidadão, perguntando sempre ao corpus de análise que sentidos são produzidos pelas câmeras urbanas? Que discursividade teremos na circulação da área urbana? Que sujeito é constituído pela ordem do digital na cidade de Pouso Alegre?

CAPÍTULO I

CÂMERAS DE SEGURANÇA E A ORDEM DA CIDADE

A questão das câmeras urbanas iniciou-se por uma inquietação a respeito dos sentidos que essas máquinas produzem na sociedade quando instaladas em espaços públicos, de modo que a profusão de seus flagrantes visuais por meios digitais chama a atenção não somente pela quantidade, mas também pelas evidências de sentidos que produzem. Na produção desses sentidos, em estudo nesse trabalho, no jogo da organização e desorganização e nas suas formas de controles produzidos pelas relações de segurança/vigilância e exposição/privacidade, é necessário trazer, aqui, a reflexão do que é o espaço urbano para a Análise de Discurso, como espaço de um batimento com e entre o indizível e o dizível, pela língua, materialidade específica do discurso e, por sua vez, da ideologia, do político, das divisões de sentidos, em sua ordem e suas normatizações.

Pela Análise de Discurso, buscamos compreender o processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos em circulação no espaço público vigiado, seja por flagrantes, recortes do cotidiano do sujeito cidadão, em que o discurso é determinado no social, pelo político, tendo o político como constitutivo. Sobre o funcionamento desse espaço público, a cidade, segundo Orlandi (2011):

A cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham. Assim, pensando os sentidos da/na cidade, e procedendo a uma observação sustentada(...) como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura, através da emergência de falas desorganizadas que significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social (ORLANDI, 2011, p. 89).

Pensar o espaço urbano como um espaço de injunção é antes de mais nada entender que ele é um espaço simbólico, determinado historicamente, espaço em que sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo, significando e se (re)significando nas relações sociais. O fenômeno da (des)organização do espaço público passa necessariamente pela fala jurídica/administrativa do político que regulamenta, ordena e pensa em homogeneizar pela estabilidade das leis e das regras de convivência. Sendo assim, ele é atravessado pelo social, pelo histórico e pelo político (ORLANDI, 2004), configurando dizeres e saberes historicamente constituídos, em certas condições de produção de um discurso circulante que se inscreve (ou

não) em uma ordem jurídica/administrativa própria das relações sociais, do ordinário dos sentidos, colocando em cena tensões entre organização e desorganização de um espaço heterogêneo por natureza.

Trabalhamos as palavras “segurança” e “vigilância” em relação aos diferentes efeitos de sentido produzidos pelas câmeras no espaço urbano. Como parte de um movimento inicial para análise, buscamos pela etimologia das palavras “segurança”, “vigilância” e “vigiar”.

De acordo com o **Dicionário de Filosofia Moral e Política**⁵, do Instituto de Filosofia da Linguagem, da Universidade Nova de Lisboa, a palavra “segurança” vem do latim, língua na qual significa “sem preocupações” e tem sua etimologia relacionada ao sentido de “ocupar-se de si mesmo” (*Se + Cura*). Por isso a palavra “segurança” também sugere ausência de riscos, previsibilidade e, portanto, a certeza sobre o futuro. No contemporâneo dicionário **Michaelis On Line**, a palavra “segurança” é designada como substantivo feminino, ação ou efeito de tornar (-se) seguro; estabilidade, firmeza, qualidade ou condição de quem ou do que está livre de perigos, incertezas, assegurado de danos e riscos eventuais; situação em que nada há a temer.

Por outro lado, a palavra “vigilância” vem do latim *vigilantia*, de *vigilare*, significando controlar, observar, fiscalizar. Temos, assim, no dicionário **Michaelis On line** os sentidos de estar atento a; de observar atentamente, de observar oculta ou secretamente; de espreitar, de cuidar atenciosamente; olhar por; velar, fazer a verificação de; controlar, fiscalizar, ficar de guarda, de sentinela; estar alerta, estar ou ficar prevenido; acautelar-se, precaver-se, tomar conta de; cuidar. Atualmente, segundo o dicionário **Michaelis On Line: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, segurança tem, dentre outros, o sentido de “Proteção” e pode ter o sentido de cuidado.

Voltados para processos de produção de sentidos no cotidiano, passamos a uma descrição que, por sua vez, é já uma interpretação do funcionamento da palavra “proteção” em diferentes enunciados. A seguir, algumas perguntas sobre essa palavra que, de um modo geral, nortearão nosso gesto de descrição: Quem está falando? De que lugar social está falando? Para quem está falando? Ou ainda, a partir da noção de “formações imaginárias” de Pêcheux ([1969] 1997), podemos colocar o seguinte jogo de imagens em relação às condições de produção do discurso.

⁵ Disponível em <http://ifilnova.pt/file/uploads/20b80ffab42e5adbe998e8d35b6450a0.pdf>, acessado em 15 out. 2017.

As indagações acima nos fazem trazer aqui, a noção de sujeito e suas posições que define o enunciador e o destinatário determinando diferentes posições sujeitos para a Análise de Discurso:

E isto se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso.

Ia (a) Ia (b) Ia (r)

Ib (b) Ib (a) Ib (r)

Onde I é a imagem, a é o locutor, b o interlocutor e r o objeto (referente) do discurso. (ORLANDI, 2006, p. 15).

Tensões circulam e performam o coletivo, destacando os enunciados que estão diretamente ligados ao posicionamento político de quem os enuncia e que se apresentaram com maior destaque nos espaços públicos da cidade de Pouso Alegre:

- 1) “espaço vigiado”: enunciado comum em praças, vias públicas, que coloca em cena o verbo “vigiar”. Poderia esse enunciado produzir uma forma totalitária de vigilância, de poder e controle que poderiam passar despercebidas? Ou produzir no sujeito, no urbano, uma sensação onipresente de quem o vigia e(m) uma enorme segregação espacial?
- 2) “Rede de vizinhos protegidos: você está sendo vigiado”:



Figura 7: Janela de residência no centro da cidade com grade e placa de parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais

A foto da Figura 7 foi feita por um morador de Pouso Alegre, em residência no centro urbano traz o enunciado “Rede de vizinhos protegidos: você está sendo vigiado”. A fotografia também é parte do arquivo de um programa da Polícia Militar de Minas Gerais “Rede de vizinhos protegidos”, que coloca como objetivo unir o cidadão morador e a Polícia a suas ações de repressão ao crime organizado, fazendo com que esse cidadão alerte os policiais em caso de atos suspeitos praticados por outro cidadão que utiliza o centro da cidade. As placas são fixadas nas moradias que ficam nas proximidades de bancos e prédios públicos, de modo que produz sentidos como os de “vigilância” afirmando a pontualidade daqueles espaços específicos e também passando a ideia do controle social nas vias públicas, o que limita a mobilidade no que diz respeito à liberdade e privacidade do sujeito no urbano. Ainda há a possibilidade dos sentidos se voltarem para a promoção de uma vigilância privada através do poder do Estado, neste caso a Polícia Militar do Estado de Minas, a favor de grandes empresas comerciais e bancos que ocupam o centro urbano de Pouso Alegre.

A seguir, algumas perguntas realizadas aos moradores que fazem parte do programa “Rede de vizinhos protegidos”: O que é um ato suspeito? Quando você deve ligar para a Polícia Militar? A resposta dos moradores que não quiseram se identificar foi que “apenas o enunciado intimida” o transgressor, o ladrão, o usuário de drogas que rouba e assalta na região central de Pouso Alegre, mas também intimida todas as pessoas que transitam por ali como trabalhadores, moradores, estudantes, aposentados que tem sua privacidade invadida pelas câmeras de vigilância. Temos, assim, o enunciado “Rede de vizinhos protegidos: você está sendo vigiado” em relação ao enunciado “apenas o enunciado intimida x”.

- 3) “vigilância por câmeras 24 horas”: enunciado usado na área urbana, próximo das câmeras de vigilância instaladas na cidade de Pouso Alegre. Este enunciado pode ser parafraseado como “não terá espaço de tempo sem a vigilância”, produzindo possíveis sentidos de uma falta de liberdade incondicional através do controle ou ainda de uma falta da falta de segurança.
- 4) “você está sendo filmado”, na imagem a seguir:



Figura 8: Placa no guichê de pagamento em lanchonete na rodoviária de Pouso Alegre.

Esta fotografia foi tirada por uma passageira, que aguardava o ônibus no turno da noite, na rodoviária de Pouso Alegre, em guichê de pagamento de uma lanchonete. Diferente de outro enunciado em que temos “Sorria, você está sendo filmado”, esse é um enunciado direto, informativo: “Você está sendo filmado”. Como é possível parafrasear este enunciado, nessas condições de produção em que temos todo um imaginário de insegurança do espaço da rodoviária, região da cidade em que também é denominada como zona de prostituição e de eventual dormitório de cidadãos sem moradia? Para o cliente, poderíamos ter a possibilidade de sentido de estar sendo filmado como transmitindo “segurança” ou, nesse caso, seria “vigilância”? Uma dentre outras paráfrases possíveis, teríamos: Antes de você, cliente ou não cliente, tentar furtar ou roubar neste estabelecimento comercial, saiba que você está sendo filmado!

Desde 2012, a cidade de Pouso Alegre, situada no Sul de Minas Gerais, vem participando de um projeto estadual com o nome de “Olho Vivo”, o qual se inscreve em uma discursividade determinada por uma prática social carregada de tensões, que faz com que se desloquem sentidos de “proteção” e de produção da vigilância, da observação, da espionagem, em uma deriva para os sentidos de “medo”, dentre outros efeitos possíveis. É por esse projeto que foram instaladas dezesseis câmeras de vigilância no centro da cidade, sendo monitoradas por civis, funcionários da Prefeitura, com orientação tática e operacional da Polícia Militar, instituindo assim uma parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Pouso Alegre. Em uma conjuntura mais ampla, o projeto “Olho Vivo” foi fundado por uma relação público-privada entre o município de Belo Horizonte, por intermédio da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH e a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL, o governo do Estado de Minas Gerais, com a participação da Secretaria de Estado e Defesa Social – SEDS e a Polícia do Estado de Minas Gerais – PMMG e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL/BH, dando origem ao convênio nº 15/2004 e, por conseguinte, à lei Estadual nº 15.435 de janeiro de 2005.

Na maneira como é descrito na sua estrutura textual, o projeto ‘Olho Vivo’ está no campo institucionalizado do dito, o qual nos propomos a compreender em relação ao não dito,

pela perspectiva teórica e metodológica da Análise de Discurso. Diante do nome “Olho Vivo”, perguntamos: O que se esconde no espaço urbano da cidade que o Estado precisa ver com seu ‘olho vivo’? Existe outro tipo de “olho”? Um olho fechado, portanto morto? Quem é o inimigo? O que não está dito sobre o engendramento de observação pelo projeto ‘olho vivo’ que tenta regular o espaço urbano?

1.1 Considerações sobre a história das câmeras urbanas

O homem produziu diferentes maneiras de se significar pela linguagem desde o início da sua existência, por exemplo, na forma de desenhos ao mesmo tempo que foi criando formas de comunicação, que, nas palavras do filósofo francês Sylvian Aurox, (1998, p. 49), temos a afirmação de que a escrita "muda qualitativamente a natureza das ligações sociais, porque torna possível a escrita da lei e da ciência (...), ela faz nascerem novas formas de liberdade humana".

O século XXI apresenta grandes desafios para os especialistas e pesquisadores em linguagem. O grande desenvolvimento das tecnologias da informação traz para o centro da atividade econômica capitalista a questão da língua e produz outra discursividade na qual se inscrevem sentidos sobre seu rápido processamento para maior mobilidade e as mudanças da relação entre falantes e línguas na interação homem-mundo. Na sociedade, foi produzida a necessidade de comunicação com o passar do tempo e, por sua vez, a necessidade de melhorar essa comunicação, bem como a de resolver problemas do cotidiano que afetam a sua convivência, como a segurança e a proteção. Os sentidos se inscrevem na história e determinam a profusão de câmeras de vigilância, de nossos gestos sendo filmados, “flagrados” (ORLANDI, 2004) e, portanto, constantemente vigiados com imagens registradas e arquivadas, em tempo presente, no espaço urbano.

Uma central de segurança, por exemplo, administra mais de duzentas câmeras ao mesmo tempo, espalhadas por uma grande área geográfica que envolve prédios públicos, bancos, praças e ruas, com o propósito de monitorar a circulação nesse espaço. A tecnologia, especificamente a “digital” (DIAS, 2016), está na base das condições de existência do urbano (ORLANDI, 2017), fazendo parte, por exemplo, da arquitetura dos prédios, elevadores, condomínios, praças, bancos e residências. Essa tecnologia se destaca nos últimos anos pela disponibilidade mercadológica e incentivada pelos apelos midiáticos e publicitários. Câmeras e respectivos acessórios de vários portes podem ser facilmente adquiridos no comércio local ou através de compras pela Internet, em qualquer parte do país. Há ampla variedade de modelos e

valores com facilidades financeiras que motivam a aquisição e instalação dos equipamentos de vigilância e de proteção patrimonial.

O aprimoramento dessas “câmeras de vigilância”, também denominadas como “câmeras de segurança”, “câmeras de filmagem” ou “câmeras de videomonitoramento”, avançou muito rapidamente a partir da década de 90, quando as câmeras tiveram o seu maior salto tecnológico, por exemplo, ao realizar filmagens diurnas e noturnas com unidades sem fios, portáteis, de baterias *long live* etc. Nessa época, as câmeras passaram a agregar valor à segurança de bancos 24 horas, escolas, prédios públicos e outros espaços, chegando aos nossos dias em forma de minúsculos objetos, até imperceptíveis, como os modernos *drones*.

Na tentativa de “melhorar” as câmeras, o homem realizou diversos experimentos que passaram por vários estágios até que chegasse a ser um objeto popular e acessível.

Segundo Onuki e Salgado (2011):

A história da câmera é bastante antiga envolvendo diversas invenções e descobertas. Da câmera escura já observada por Aristóteles na Grécia antiga (350 a.C.) até os dias de hoje várias etapas e funcionalidades surgiram. Primeiramente o desejo de capturar e fixar a imagem em algum suporte, em seguida o interesse na direção da captura do movimento. Foram muitas as teorias e pesquisas, aperfeiçoamentos e investimentos até o encontro com a indústria, a produção e o alcance popular (ONUKE; SALGADO, 2011, p. 14).

Considerando a presença massiva das câmeras no espaço público, ou seja, em locais de convivência e espaço de relações sociais na cidade, seja para fins comerciais, educacionais ou de lazer, que a população utiliza como meio de circulação, problematizamos a questão da instalação de câmeras de vigilância pela iniciativa privada ou por órgãos públicos. Tem-se, de um lado, o espaço em potencial de relações sociais e, de outro, a realidade da violência, criminalidade e proteção, trazendo novas maneiras de conduta, novos sentidos no viver, constituindo uma discursividade do eletrônico, do digital, em relação ao espaço público pela necessidade da intimidação de crimes e transgressões. Desse modo, se produz a projeção de uma forma ilusória de homogeneidade num espaço heterogêneo, constituindo uma busca por um padrão de convivência em um espaço estabilizado por definição.

Consideramos como fato, que demanda por interpretação (Pêcheux, [1983] 2015), a presença sistemática de câmeras de vigilância quando pensamos na constituição do sujeito no espaço urbano, que, atravessado pelo discurso da segurança, torna-se passível tanto de segurança quanto de vigilância ou ainda o de insegurança. Ou seja, diferentes posições-sujeito se tornam possíveis nos espaços vigiados por câmeras, sustentando-se no pré-construído de que

a necessidade da vigilância é fundamental para a diminuição ou impedimento de crimes e transgressões nesses espaços.

Os passantes dos locais públicos são constituídos nas suas relações, pela da linguagem, com a exterioridade, isto é, sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2001). Identificando-se como sujeito pertencente ao espaço urbano, há uma demanda por sentidos de estarem seguros, cuidados, vigiados, controlados, cada um na sua forma de entender, de sentir e de viver. Viver determinado por enunciados sobre a ou da discursividade das câmeras. De maneira incisiva, as câmeras alcançam a maioria das pessoas que utilizam o espaço urbano, funcionando como uma materialidade discursiva na qual são capturados por imagens do cotidiano, na ordem do digital.

Orlandi (2001), na apresentação da obra **Cidade Atravessada**, coloca a questão do sujeito urbano:

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo que o capital está vestido. Num espaço de memória particular, a história de subjetividades que aí se instala se formula pela noção de eu urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos do mundo – produz uma realidade estruturada de maneira como esse espaço o afeta, reverberando sentidos do/no imaginário urbano. Enquanto analistas, temos então nos textos produzidos, que são historicamente constituídos, a presença dos vestígios desse modo pelo qual os sujeitos se estruturam nessa realidade urbana. Este é o nosso material de observação, nosso contato com os sentidos da cidade. Na relação com esses espaços moventes, inter-identitários onde jogam incompletude e indistinção (ORLANDI, 2001, p.11).

Nessa circulação pela cidade, faz-se necessário mostrar a incompletude constitutiva desses sujeitos e dos sentidos. De acordo com Pedro de Souza (2011), em sua análise sobre “Espaços Interditados e Efeitos-Sujeito na Cidade”, o ato de transitar pelas cidades relaciona-se com os modos sociais de enunciação, que concorrem para o aparecimento de novas configurações de movimento: “diferentes modalidades de enunciação e de identificação de sujeitos na cidade tornam possível e explicitam novos regimes discursivos e subjetividade na cidade” (SOUZA, 2011, p. 26).

Na relação entre sujeito e câmeras de vigilância, temos analisado a discursividade das câmeras urbanas na cidade de Pouso Alegre, pelas quais o sujeito se constitui em meio a relações de força, de controle e de regulação que aumentam a cada dia por intermédio, principalmente, da mídia, no espaço digital. Esse discurso da mídia digital circula reproduzindo senti-

dos de necessidade da instalação dessas câmeras no espaço urbano, no sentido de ser algo para a segurança da sociedade.

Em nossa leitura, um dos motivos principais da adesão a instalações de câmeras de vigilância é precisamente a falsa ilusão de segurança em nosso cotidiano, podemos dizer que a vigilância institucionalizada é uma busca pela segurança, ou então, a vigilância induzida pela segurança, na presunção da eliminação da possibilidade de escolha e na subjetivação para a sociabilidade como algo estruturante no sistema capitalista do século XXI. O estado de controle e vigilância que se vive em centros urbanos não se diferencia do mundo digital que também se presentifica pela censura, produzindo ou silenciando sentidos quando “cancela”, “bloqueia” ou anula uma pessoa que utiliza as redes sociais, traduzindo um efetivo comando de censura no espaço digital (MOREIRA, 2017, p.15).

Sobre a internet como mecanismo de controle, Carla Moreira considera que:

A questão se torna extremamente problemática na medida em que vivenciamos um momento de crise política e de intensa exposição midiática de um cenário que apresentou as rachaduras de um Estado democrático de Direito, o que gerou inúmeras tentativas de institucionalização de técnicas de controle dos discursos na rede (MOREIRA, 2017, p.15).

Experientiamos, como sujeitos, em suas relações sociais produzidas no/pelo espaço urbano, fundamentalmente digital (ORLANDI, 2010) o medo e o controle na vida urbana, seja no espaço dito físico ou no espaço dito digital, dos sites de relacionamento. Esse medo e o controle fazem com que o cidadão conviva com novas tecnologias e discursos tecnológicos de modo evidente, afetado pelo cenário da cidade, mudando a ordem do visível, a forma de ser visto, os modos de fazer ver, ganhando/dando visibilidade até quando tudo passaria despercebido.

No âmbito da dinâmica urbana que se evidencia atualmente, entre as grandes tensões existentes, ressalta-se a presença dos dispositivos tecnológicos de vigilância como um ator bastante controverso e cuja presença articula questões importantes em termos da sociabilidade e das formas de subjetivação que são favorecidas e/ou constrangidas. Na maior parte das vezes (...) os dispositivos tecnológicos de vigilância configuram relações nas quais, de modo sutil, vão sendo solicitadas “provas” de que não há nada para se esconder e, assim, práticas e ações que até então passariam despercebidas ganham visibilidade indistintamente (CASTRO e PEDRO, 2010, p. 36).

É pelo funcionamento da discursividade produzida em relação às câmeras de vigilância em locais públicos e tratada nessa dissertação de mestrado sob o entendimento de que há

uma intervenção da ordem simbólica que constitui o sujeito vigiado/sujeito, protegido no uso desses espaços, enunciado tanto pelas câmeras, quanto pelos avisos diversos da sua presença. Nossa inquietação e motivação, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso, não fica apenas no plano da colocação de câmeras em espaços públicos com o propósito de vigilância/proteção, mas também em questões como: quem é o sujeito protegido? Como a instalação das câmeras pode afetar o discurso sobre a cidade? Que efeitos de sentidos são produzidos pelo espaço de vigilância digital?

1.2 Considerações teóricas sobre a Análise de Discurso

A Análise de Discurso, perspectiva teórica a qual filiamos essa pesquisa, foi fundada por Michel Pêcheux na década de 1960, na efervescência política e intelectual da França e é um espaço de entremeio que se produz pelo encontro entre diferentes campos do saber e diferentes pesquisadores das ciências sociais, das ciências da linguagem, da psicanálise, do materialismo histórico. O filósofo Michel Pêcheux, emergindo de um movimento político e de produção do conhecimento em relação ao Maio de 68, propõe um distanciamento do conteudismo textual para pensar no processo de produção dos sentidos, determinados pela ideologia e que atravessam a formação dos dizeres constitutivos da opacidade textual.

Nas palavras de Eni Orlandi, há um posicionamento fundamental de Pêcheux quanto às ideias da época à respeito do contraponto da Análise de Discurso ao estruturalismo linguístico:

Historicamente, a análise de discurso, fundada por M. Pêcheux, se dá nos anos 60 do século XX. Filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia, a língua, ela marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem. Pós-estruturalista, se beneficia do não conteudismo – seja do sentido, seja do sujeito como origem. Nem formalista, nem funcionalista: materialista. Distancia-se deste espaço da objetividade prática a que os europeus, diz Pêcheux (2011), chamam de *liberalismo* ou *pragmatismo*. Este é um dos seus pontos de ataque: o materialismo (ORLANDI, 2012. p. 37).

Trazendo nossos olhares para o século XXI, no qual as tecnologias digitais são predominantes em campos científicos como áreas de saúde, educação, etc; nos deparamos com essa maquinaria, inscrita na “ordem do digital” (ORLANDI, 2017), afetando o campo da linguagem e produzindo novas discursividade quando engendra a relação vigilância/privacidade em

um jogo arquitetado pelas câmeras de vigilância, como uma forma contemporânea de poder. Que sentidos têm sido constituídos pelas câmeras urbanas nas relações sociais? Como as pessoas flagradas, vigiadas, percebem e convivem com o crescimento de instalação dessas câmeras?

Orlandi (2012) alerta para o deslumbramento com objetos supostamente novos de análise (midiáticos, digitais e interativos), o que pode reduzir a prática analítica do processo discursivo à mera prática da descrição da materialidade significante, apagando a teoria, em outras palavras, reduzindo-se a entender o texto apenas pelo seu conteúdo.

Segundo a mesma autora, “o discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” ORLANDI (2001, p. 15), portanto, tomar a língua como materialidade é entender a tríade sujeito-discurso-ideologia, na qual a falha é constitutiva da língua em seu funcionamento. Tomar um texto, um dizer ou um enunciado em dadas condições de produção é compreender sua historicidade, suas falhas, seus equívocos como constitutivos do funcionamento da linguagem. No tocante a tais reflexões, temos a citação de Gadet e Pêcheux a seguir.

O que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

Nesse sentido, a Análise de Discurso trabalha com os modos como, pela língua, materialidade específica do discurso, os sentidos se inscrevem (ou não) na história e nesse funcionamento também é trabalhado como ideologia que produz as evidências de certos sentidos e não de outros na enunciação, por determinadas posições-sujeito. De acordo com Mariani (1998), a Análise de discurso:

Se apresenta como sendo uma teoria crítica da linguagem, constituindo uma disciplina que, por se situar no entremeio das ciências sociais, encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito (MARIANI, 1998, p. 23).

Tomando as noções de linguagem e de sujeito como não transparentes, interrogamos constantemente em relação ao imaginário sobre as câmeras no espaço urbano com o objetivo de compreender o processo de produção de sentidos nas diversas posições discursivas que o sujeito ocupa para enunciar. Compreendemos que nesse processo não há ocultação do fun-

cionamento da ideologia já que ela é condição para constituição do sujeito (ORLANDI, 2001).

A ideologia se materializa na linguagem (PÊCHEUX, [1975], 2009) e assim o analista de discurso vai compreender o processo de produção de sentidos em relação a certas condições de produção dadas, ou seja, descrever e analisar o funcionamento discursivo, o modo como pela ideologia, são colocados em evidência determinados sentidos e não outros.

Da mesma forma, os sentidos produzidos sobre as câmeras de vigilância determinam as leituras das pessoas que circulam pelo espaço urbano, bem como as leituras sobre essas pessoas, fazendo com que outros sentidos de vigiados, controlados, observados venham a se presentificar em uma determinada formação discursiva do urbano. Sobre a noção de formação discursiva, de acordo com Pêcheux (2009):

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147).

Na dinâmica do processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos do discurso, identificados a certas formações discursivas e ideológicas, temos o político em funcionamento, pela divisão de sentidos, as relações de forças atualizadas pela enunciação por diferentes posições sujeito. No funcionamento do discurso político, a segurança é colocada como uma base absoluta e necessária para a divisão e organização social, em que a população assiste a um crescimento da criminalidade, fruto da luta de classes travada dentro do mundo capitalista. Vale mencionar que os sentidos são tentativas do sujeito político, o sujeito do discurso, de colocar uma fixação desses mesmos sentidos pela disputa de poder ao seu alcance ou à disposição de resignar algo, fazendo a separação e organização das classes sociais, bem como a segregação social, determinando, de certo modo, os processos de subjetivação na história, pois não há história sem práticas discursivas.

Por esses sentidos de vigilância/controlado e medo populacional, que circula no discurso ordinário, produzindo sentidos em/para uma população (já) assustada devido a vários eventos violentos, as câmeras de vigilância contribuem como controle ilusório do crime e produz um falso sentido de segurança, funcionando como um outro olho Estatal nas ruas, fundamentalmente digital, que tenta coibir a infração, o crime organizado e vigia, controla e regula o cidadão.

No processo de significação do sujeito que vive na cidade, existe uma relação estreita entre a realidade da forma das cidades e o seu real histórico. A construção de sentidos de um cidadão que utiliza o espaço público com vigilância de câmeras é alterada, mudando a sua natureza de utilização quando coibidos por esse olhar digital de vigilância cotidiana.

A Análise de Discurso trabalha no entremeio e com os sentidos produzidos pelos discursos dos sujeitos em determinadas condições sócio-históricas, diferentemente de outras abordagens que compreendem a linguagem de um ponto de vista estrutural, deixando de fora o falante e por isso buscamos compreender a discursividade das câmeras no espaço urbano. Procurando considerar o lugar do sujeito no funcionamento da linguagem, a Análise de Discurso aborda a produção de sentido e as suas evidências tendo como objeto central o discurso. Dito de outro modo, “um tratamento adequado a questão do sentido demanda um novo deslocamento teórico, demanda uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 67).

Pêcheux afirma que o discurso, longe de se configurar como um lugar de liberdade humana, é sempre produzido a partir de condições de produção dadas, assim o sentido é constitutivo de uma materialidade linguística específica, logo, é partindo da base linguística, na constituição das formações discursivas, por processos de descrição e de interpretação dos enunciados em questão, das leituras dos recortes (fragmentos de linguagem-e-situação), que buscamos compreender o processo de produção dos sentidos e o funcionamento da ideologia nesse processo. Na materialidade da língua, nas suas condições sócio-históricas, serão dadas as condições de produção necessárias para a Análise de Discurso que não trabalha somente com as questões destacadas por Saussure, como os sistemas linguísticos, mas com aquilo que vem a partir daqui, para onde Michel Pêcheux colocou o seu olhar, que é a língua em funcionamento, o processo de produção de sentidos.

Quando trabalhamos com a noção de formação discursiva que, segundo Orlandi (2001), se manifesta como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito, falamos da linearidade linguística, além dos enunciados e das suas formulações.

Considerando as formações discursivas como constitutivas da língua e, desse modo, pelo discurso em análise, tem-se como objetivo analisar como são produzidas as evidências de sentido que “parece” unívoco.

Na busca por compreender como são produzidos os efeitos de sentidos nas metáforas, equívocos e deslocamentos e contradições, a formação discursiva é o lugar onde o analista de discurso vai encontrar condições para o seu trabalho, para pensar o sentido produzido em

relação às regulações e tensões. Ao eleger o discurso como seu objeto, a Análise de Discurso procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico e parte do trabalho social, que é constitutivo do homem e da sua história.

No texto *Análise Automática do Discurso (AAD)*, de 1975, Pêcheux e Fuchs examinando a relação entre discurso e língua, se voltam ao trabalho sobre a noção de processos discursivos: “Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (FUCHS; PÊCHEUX, 1975, p. 169).

É através de tal concepção que Pêcheux vai reconhecer que a AAD passa pela questão do papel da Semântica na análise linguística e propõe uma substituição da forma como a semântica era pensada, principalmente fazendo questionamentos à dicotomia saussuriana fundada pela relação língua/fala no jogo linguístico. É a partir da noção de esquecimento que surge a distinção, proposta por Pêcheux e Fuchs, entre base linguística (esquecimento nº 1) e processo discursivo (esquecimento nº 2). O que caracteriza o processo discursivo é o fato de ser a Formação Discursiva que determina “o que pode e deve ser dito”, o que, por sua vez, quer dizer que “o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (FUCHS; PÊCHEUX, 1975, p. 169).

Lembrando que, conforme Pêcheux (1975), o discurso é a materialidade específica da ideologia e é no movimento da língua, pelo interdiscurso, que o já dito que constitui a memória do dizer que vai dar sustentação ao discurso e faz funcionar a ideologia pela tomada de posição do sujeito ao falar. Segundo Orlandi (2009):

Interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de Memória Discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2009, p. 31).

A Análise de Discurso, portanto, jamais vai apontar para um fechamento linguístico, ao contrário, ela vai se afastar da influência dominadora do sujeito racional ou cartesiano, trabalhando sempre com a incompletude da linguagem, com a opacidade, os deslizamentos dos sentidos no texto, entendendo que a língua sempre será um sistema aberto, passivo de falhas e o falante um sujeito do jogo linguístico no qual o sujeito do inconsciente se manifes-

ta. Nesse sentido, as câmeras de vigilância funcionam como supostos dispositivos de segurança ao serem inseridos no cotidiano da cidade, ou seja, são dispositivos em potencial na produção de diferentes sentidos sobre o que seja segurança, invasão de privacidade, formas de controle e vigilância, fazendo com que se coloque em cena a questão de um outro (con)viver, por exemplo, com o medo pelo desconhecido que habita a cidade.

Trataremos a seguir, o texto da lei nº 15.435, já comentado anteriormente, para compreendermos o processo de institucionalização da ‘vigilância’ do projeto “Olho Vivo” no Estado de Minas Gerais:

Lei do Estado de Minas Gerais, nº15.435, que disciplina a utilização de **câmeras de vídeo para fins de segurança**⁶.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – A instalação e a utilização de **câmera de vídeo para fins de segurança** são reguladas pelo disposto nesta lei.

Art. 2º – É obrigatória a afiação, nos locais em que esteja instalada **câmera de vídeo para fins de segurança**, de aviso que informe da existência de câmera no local, na forma do regulamento desta lei.

§ 1º – O disposto no caput não se aplica ao uso de câmeras em bens públicos de uso comum.

§ 2º – A afiação do aviso a que se refere o caput poderá ser dispensada, mediante ordem judicial, quando o uso sigiloso de **câmera de vídeo for imprescindível à eficácia do sistema de segurança**.

§ 3º – A ordem judicial mencionada no § 2º especificará prazo e condições para o uso sigiloso de câmera de vídeo.

Art. 3º – É vedada a instalação de câmera de vídeo em locais de uso íntimo, como vestiários, banheiros e provadores.

Art. 4º – As imagens produzidas por meio de **câmera de vídeo para fins de segurança** não serão exibidas a terceiros, exceto para a instrução de processo administrativo ou judicial.

Parágrafo único – Na hipótese prevista no § 2º do art. 2º, as imagens serão destruídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da gravação, salvo decisão judicial em contrário.

⁶ Negritos nossos.

Art. 5º – O monitoramento por meio de câmeras de vídeo de bem de uso comum da população depende de autorização do órgão estadual competente, na forma do regulamento desta lei.

Art. 6º – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com os Municípios para a execução do disposto nesta lei.

Art. 7º – O Poder Executivo poderá estabelecer parceria com entidades públicas ou privadas para a instalação de **câmeras para o monitoramento de bens de uso comum da população para fins de segurança pública**, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único – A entidade que atuar em parceria com o Poder Executivo poderá divulgar sua marca no aviso de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 8º – O uso de câmera de vídeo em desacordo com o disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal:

I – advertência escrita;

II – multa, por autuação, de 5.000 Ufemgs (cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais);

III – suspensão temporária do uso de câmera de vídeo, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

IV – proibição do uso de câmera de vídeo e apreensão do equipamento.

§ 1º – A sanção será fixada, em cada caso, levando-se em consideração a gravidade da infração, o número de pessoas atingidas e a reincidência.

§ 2º – A sanção administrativa será determinada com observância do devido processo administrativo, assegurando-se ao infrator o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 9º – (Vetado).

Art. 10 – Não se aplica o disposto nos arts. 5º, 8º e 9º desta lei quando o sistema de monitoramento for gerenciado pelos Poderes do Estado e destinado exclusivamente à segurança pública.

(Artigo vetado pelo Governador. Veto derrubado pela ALMG em 12/4/2005.)

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 11 de janeiro de 2005; 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil (MINAS GERAIS, 2005).

Os deslocamentos linguísticos acontecem quando observamos as marcas parafrásticas nos sentidos diversos produzindo um sentido outro no enunciado principal da lei “câmeras para fins de segurança”. Podemos perguntar de que segurança está sendo falada pelo político que controla e regula os espaços públicos.

Como parte do procedimento de análise, passaremos a um recorte da lei sobre as “câmeras de vídeo para fins de segurança”, e por sua vez, a um gesto de descrição desse recorte, fazendo assim as relações de sentidos possíveis entre o que é dito aqui (dito assim) e não de outro jeito (PÊCHEUX, 2015, p. 44), portanto passaremos a uma leitura do recorte como proposta do nosso procedimento analítico. Recortamos dois enunciados que se repetem na Lei nº. 15.435 que institucionaliza o uso das câmeras em espaços públicos. Cada recorte é tomado, em análise, enquanto “Recorte Discursivo”⁷.

RD 1 da lei 15.435, art. 1º, 2º e 4º – “Câmera para fins de segurança”

Quais os efeitos de sentidos do enunciado “câmeras de vídeo para segurança”? Qual a relação entre os vídeos, as imagens em movimento, com a segurança? De que maneira as imagens capturadas pelos vídeos podem possibilitar a segurança do cidadão que utiliza o espaço público? A comodidade ilusória de que alguém estará cuidando de nós, pela propaganda de que a nossa dignidade e a integridade estarão a salvo, e, portanto, a liberdade fica sucumbida diante da lei que promete segurança e que não é preciso discussões, debates e negações sobre as câmeras por deflagrarem nossa intimidade e nos tornar pessoas analisadas no cotidiano do centro urbano da cidade e que produz como efeito desejado o próprio controle. Os enunciados no decorrer da lei produzem um deslizamento de sentidos de câmeras de segurança para videomonitoramento, ou de proteção e cuidado para vigilância, controle e acompanhamento do decurso do cidadão, porque é lei, é língua de madeira (PÊCHEUX, 2004), que é uma legislação produzida pelos representantes do povo, como se fosse a vontade desse povo que são executadas pelo Estado colocando o cidadão à margem de uma convivência, cumplicidade e naturalidade diante do controle. E que povo seria esse? Os que circulam pelas ruas? Ou a preocupação da segurança e, portanto, do Estado, está voltada para a proteção das instituições como os bancos e o comércio em geral?

⁷ Recorte Discursivo são os recortes que nortearão o processo de análise da discursividade das câmeras de segurança ou para vigiar no espaço urbano determinado pela ordem do digital. A noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi para distinguir o gesto do linguista, que segmenta a frase, do gesto do analista de discurso, que, ao recortar uma sequência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação. É nesse sentido que usaremos ‘o recorte como unidade discursiva’.

Passaremos agora a outro recorte discursivo da lei 15.435, art. 7º, que traz um enunciado sobre bens de uso comuns.

RD 2 “Câmeras de monitoramento de bens de uso comuns”

O deslizamento de câmeras para fins de segurança para câmeras de monitoramento de bens de uso comum, produz outro efeito de sentido se observarmos que o monitoramento é uma administração de fluxo para outros fins e não segurança. Monitora-se o tempo, a quantidade a distância, o tamanho, a cor e outros detalhes técnicos. No sentido das câmeras instaladas para o monitoramento de bens de uso comum, fica estabelecido que há uma intenção técnica em medir para controlar e obter resultados mensurados nesse monitoramento. Para que servem os resultados do monitoramento/controle? Para descobrir quem são os inimigos no espaço público? Seriam os sem trabalho, sem teto, os da classe desfavorecida da sociedade? O que o Estado faz com os resultados desse monitoramento? Oferece à iniciativa privada como ferramentas de *marketing*? Debate com a população? Utiliza para fins de pesquisa? E quais são os bens comuns? As praças e prédios públicos ou os bancos e empresas privadas?

A vigilância que é uma forma de exercer o poder, permite que a disciplina funcione por um custo reduzido para o Estado, porem Deleuze, chama atenção para uma mudança específica: a transformação da sociedade disciplinar para a sociedade do controle. Segundo o autor, a sociedade disciplinar operava sob a forma de encarceramento (FOUCAULT, [1975] 1987), onde o espaço fechado era o lugar da disciplina como as escolas, asilos, etc.

Na sociedade disciplinar o comando social é realizado por uma rede difusa de dispositivos, instituições (prisão, fábrica, asilo, escola, etc) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas para a disciplina. Esse paradigma de poder esteve na base de toda a primeira fase do capitalismo. Já a sociedade de controle (que se desenvolve nos limites da modernidade), os mecanismos tornam-se cada vez mais “democráticos”, cada vez mais interiorizados pelos sujeitos: esse poder é exercido por máquinas que organizam o cérebro (redes de informação) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas, etc). (DELEUZE, 1992, p.223).

Enquanto a sociedade disciplinar se constitui de poderes superados que se dissimulam através das instituições modernas e de estratégias de disciplina e confinamento, a sociedade de controle é caracterizada pela invisibilidade e pela alta tecnologia que se expande junto às redes de informação, como as câmeras de vigilância e a Internet. O indivíduo não pertence mais a uma entidade e pertence a todos ao mesmo tempo.

Se tomarmos a repetição do enunciado “câmeras de vídeo para fins de segurança”, em sua repetição na lei, temos a possibilidade de sentidos de segurança das pessoas em circulação na cidade, de segurança da população e de suas residências, porém, na formulação da lei, há um deslizamento para o enunciado “câmeras para o monitoramento de bens de uso comum da população para fins de segurança pública” (MINAS GERAIS, 2005), que coloca em cena a segurança de “bens de uso comum da população”, ou seja, do patrimônio público.

Há um imaginário sustentado pela lei nº15.435, do Estado de Minas Gerais, que o uso das câmeras de vigilância no espaço urbano é aprovado pela população, por se produzir uma evidência de que tais câmeras de vídeo se tratam de mais um aparato de vigilância policial para auxiliar no combate a infrações na cidade e, portanto, por ser mais uma ferramenta contra o crime. Poderia, nesse sentido, funcionar como um aparato de vigilância que coíbe um ato criminoso ou produzir provas de evidências no momento de transgressão da lei. Em relação à discursividade dessas câmeras, algumas questões se colocam: como se produzem os efeitos de sentidos nas formações imaginárias sobre esse objeto e sobre os protagonistas em relação na sociedade, hoje (no caso, os trabalhadores do monitoramento e os trabalhadores monitorados)?

A aceleração do uso de tecnologias para vigilância, como dependência, se faz presente, de uma década para cá, na mesma proporção do aumento da violência, como escreve Bauman (2013) em sua obra **Vigilância Líquida**, fazendo referência à autora Anna Minton:

A necessidade de segurança torna-se viciante; as pessoas descobrem que, embora tenham muito, isso nunca será suficiente; e que, de modo muito semelhante ao que acontece com a droga que vicia, uma vez tendo se acostumado, a pessoa não pode passar sem ela. O medo alimenta o medo (MINTON, 1999, p. 50 apud BAUMAN, 2013, p. 99).

O que se observa é que a mesma população que se acostuma com as câmeras, é a que reclama por privacidade, fazendo com que a sua presença seja questionada pela discursividade que ela representa. Como veremos nas entrevistas realizadas com trabalhadores (e também moradores) do espaço urbano de Pouso Alegre, onde estão instaladas as câmeras de vigilância, algumas pessoas questionam a privacidade, o uso das imagens produzidas por essas câmeras, sentindo-se incomodadas.

O que podemos dizer, de uma posição e de também morador de Pouso Alegre, é que um ato falho ocorreu dentro do sistema capitalista e neoliberal que vivemos, de tal forma que o medo tomou conta do cidadão que utiliza o espaço urbano, o qual se identifica com o discurso de poder do Estado, de que as câmeras de vigilância são necessárias para servirem como

armas ou escudos no enfrentamento deste medo. A própria Polícia Militar (PM), ao anunciar o projeto “Olho Vivo”, não se refere às câmeras como um dispositivo de “segurança” contra o crime organizado e sim como “câmeras de videomonitoramento” pelas quais a PM “vigia” algo, ou seja, câmeras para “vigilância”, como podemos verificar e questionar pela dança dos significantes na disputa pelos sentidos: vigiar, monitorar, segurança, olho vivo, olho que vigia, estamos de olho, estamos te controlando, ficando a vigilância cada vez mais rarefeita e virtual.

A imagem abaixo foi retirada da página da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, na Internet, e tem no enunciado da notícia os dizeres “PM vigia Minas...”, o que traz a evidência dos sentidos da vigilância, do controle e da regulação.

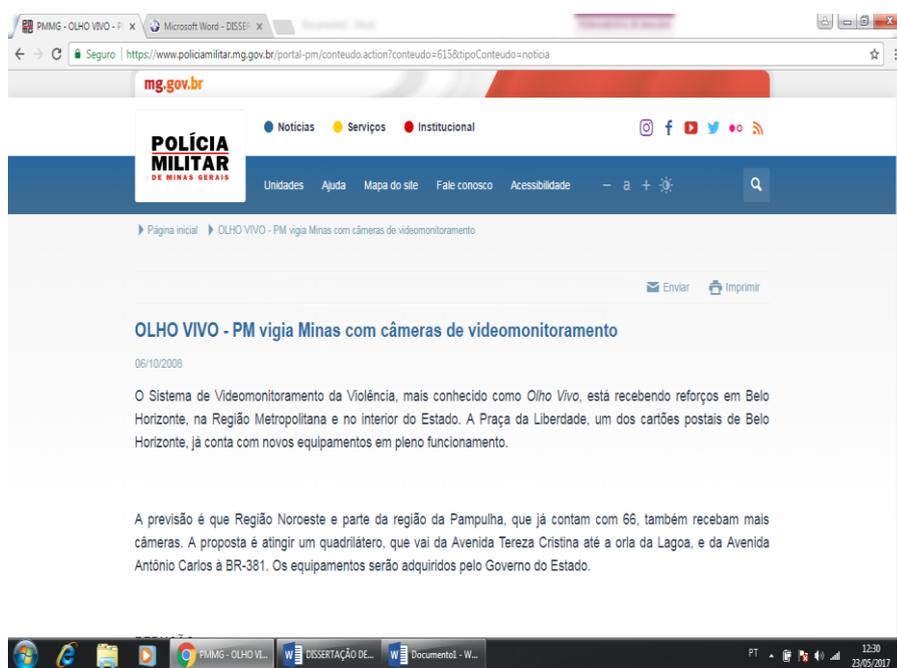


Figura 9. Página oficial da Polícia Militar de Minas Gerais. Imagem colhida da internet (www.policiamilitar.mg.gov.br).

A seguir, temos o recorte discursivo três (RD3) e o recorte discursivo quatro (RD4), do título da notícia do site da Polícia Militar e os colocamos em relação ao título da lei nº 15.435 que institucionaliza o uso das câmeras em espaços públicos:

RD 3: “PM vigia Minas com câmeras de videomonitoramento” (www.policiamilitar.mg.gov.br);

RD 4: “Lei do Estado de Minas Gerais, nº15.435, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança”.

Que pré-construídos estão em funcionamento e se estabelecem sustentando um imaginário do discurso do controle? Quais os efeitos de sentidos do verbo “vigiar” na RD 3? Voltando-nos à noção de metáfora, uma palavra pela outra (Pêcheux,1998), no dicionário da língua portuguesa⁸, é colocado que vigiar também tem o sentido de observar com atenção, estar atento a, de observar secretamente ou ocultamente, espreitar e espionar. Temos, assim, uma possibilidade de sentido das câmeras, publicamente difundidas, como ferramentas que supostamente aumentam a sensação de segurança na medida em que auxiliariam o trabalho da polícia no “combate contra a violência”.

Percebe-se um dizer estatal de controle no enunciado da notícia recortada do *site* da Polícia Militar de Minas Gerais, na qual o sentido de “monitoramento” desliza do substantivo “segurança” para o verbo “vigiar”, ou seja, de sentidos de proteção para verbos como observar, controlar, disciplinar, registrar imagens, espionar, podendo estar em relação com práticas de regulação, de organização do espaço público, de disciplina da vida em sociedade.

Essa deriva traz um efeito de sentido diferente quando inscreve e ao mesmo tempo produz sentidos em um discurso outro que significa em relação à não aceitação de proteção e ao direito de privacidade do sujeito. Este é o falseamento do discurso do controle. Nesse sentido, pode-se dizer que ocorre aí um falseamento do discurso da vigilância na medida em que o enunciado do recorte RD 4, “para fins de segurança”, carrega consigo e extravasa efeitos de sentidos que dissimulam o controle amenizando a maneira de informar que o sujeito é vigiado e controlado. Além disso, uma paráfrase para a Lei nº. 15.435, na SD2, “câmeras de vídeo para fins de segurança”, seria: “justifica-se o uso de câmeras de vigilância nos espaços públicos para controle e observação, desrespeitando o direito à privacidade, porque vivemos em constante medo da violência e transgressão às leis”.

Abre também para questionamentos como: vigia quem?; Quem vigia? Vigia por quê?; vigia para quê?; A institucionalização das câmeras de “vigiar” pelo Estado pode se filiar tanto a ações de repressão quanto a de prevenção contra o crime ou ainda de cuidados com os cidadãos.

⁸ Dicionário Michaelis On Line – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, disponível em michaelis.uol.com.br, com acesso em 04 de setembro de 2017.

Considerando a relação vigilância e as tentativas de disciplinarização na ordem da cidade, segundo Foucault ([1975], 1987):

A vigilância hierarquizada organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo. A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, [1975] 1987, p. 148).

Discutir a vigilância por câmeras de vídeo é compreender como se produz o discurso ordinário no espaço público das cidades, é perguntar que sentidos se atualizam ou podem se atualizar nas imagens produzidas. Pela Análise de Discurso, mobilizando a noção de imaginário, buscamos trabalhar como a falha é constitutiva da linguagem e se faz mostrar pelas imagens em suas formações, dos efeitos de sentidos entre diferentes posições sujeito, constitutivas do lugar das formações de sentidos produzidos nos espaços urbanos de Pouso Alegre, vigiados pelas câmeras do projeto “Olho vivo”.

CAPÍTULO II

A DISCURSIVIDADE DAS CÂMERAS URBANAS

Em nossa leitura, tomamos o espaço público como heterogêneo, constituído por uma dispersão de sentidos possíveis na cidade, que se atualizam nas relações sociais, nas práticas cotidianas, pela linguagem, nas práticas políticas, na história.

No espaço público que é a cidade, não há consenso que não seja imaginário: o discurso social não é homogêneo e dá lugar a diferentes movimentos de discursos que se cruzam no espaço urbano. Em busca de sentido, o sujeito se desorganiza. A dispersão do discurso social, nesta perspectiva apresenta-se como parte - nem direta nem automática - da divisão social (ORLANDI, 2012, p. 187).

Considerando a “ordem da cidade” (ORLANDI, 2010), questionamos sobre a grande quantidade de câmeras de vigilância nos espaços públicos, assim como a discursividade produzida pelas falas heterogêneas, a qual é determinada pelos processos de interpelação/identificação dos indivíduos em sujeitos que ocupam e (re) significam esses espaços. Saliêntamos, assim, que a linguagem não pode ser estudada separadamente da sociedade que a produz (PÊCHEUX, 1988), e problematizamos o como as câmeras de vigilância funcionam por uma forma de linguagem histórico-social, por meio de sua instalação em ruas, praças e avenidas, produzindo sentidos por diferentes posições-sujeitos. Dito de outro modo, buscamos compreender como os sentidos se inscrevem na discursividade constituída no cotidiano do espaço urbano, disciplinarizada, regulada e ao mesmo tempo desorganizada, determinada por certa ordem do discurso na sociedade, no contemporâneo.

No século XXI, a mobilidade tem se mostrado uma plataforma diferente, com o uso de tecnologia da “ordem do digital” (ORLANDI, 2017) voltada para uma “colaboratividade” com pessoas que têm menos tempo para afazeres do cotidiano. Nesta época, é produzido também certo efeito de necessidade de “segurança” das pessoas e de seus patrimônios, efeito esse posto em relação a sentidos de grande aumento da violência nas cidades.

As “câmeras para vigiar” o espaço urbano têm sido colocadas como um tema central em várias discussões pertinentes à sociedade e suas formas de viver e conviver. Os sentidos de segurança passaram a ser assunto repetidamente mencionado no cotidiano das pessoas, aparecendo de diversas formas, como em matérias jornalísticas e comentários em redes sociais na Internet para alertar a sociedade sobre os riscos eminentes em locais públicos. Dentre as

várias formas de discutir sobre “segurança” encontram-se as câmeras de vigilância, aparatos eletrônicos que gravam imagens em vídeo, em espaços públicos.

Estabelecendo posições e administrando o que antes era imperceptível a olho nu a tecnologia produziu uma relação particular entre o espaço e o tempo, tornando estes homogêneos. De certa forma, o espaço humano real vivido nas três dimensões (eu-aqui-agora) pode finalmente ser recriado, calculado e administrado, o que faz do homem um objeto no mundo em permanente representação. As técnicas de figuração e visualização vão ser um meio para criar imagens e também perceber e interpretar o mundo (BARBAI, 2011, p.171).

Neste espaço e tempo administrados por certa tecnologia da ordem do numérico, outras formas de vigilância também se atualizam: os vigilantes treinados, os alarmes residenciais e empresariais, as redes sociais com vizinhos protegidos (parceria da Polícia Militar com moradores via rede social ou por telefone celular), o policiamento e suas unidades espalhadas pela comunidade e recentemente a criação de condomínios residenciais fechados. Esta última vem ganhando espaço nas cidades de maior porte e se transformando em uma forma imaginária do viver seguro, produzido pelo discurso das imobiliárias e loteadoras que saturam os sentidos de “insegurança”, colocando-os em evidência de modo que imperam sobre uma sociedade que se amedronta com a violência da ordem do “indizível” (DIAS, 2017) em espaços públicos e em bairros residenciais. Dessa forma, analisamos as câmeras no espaço público como um objeto simbólico em relação ao qual se produzem dizeres que, pela língua, com seus jogos morfossintáticos, estão sujeitos a falhas e equívocos, determinados por um olhar digital lógico, da máquina que mostra/seleciona/captura as imagens. Um olhar das câmeras de vigilância que determinam o que pode e deve ser mostrado, regulando o social. Sobre a discursividade das máquinas lógicas, Gadet e Pêcheux colocam que:

As máquinas lógicas fabricam, hoje em dia, suas próprias memórias para melhor apagarem as dos povos e para melhor administrarem os complexos industriais, administrativos e militares que vão tomar as decisões no lugar delas. Se é uma “língua fascista”, é precisamente essa língua lógica, língua metálica, sem aspecto exterior (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 23).

Faremos aqui um questionamento sobre as tecnologias e a forma acessível com que vêm ganhando notoriedade na sociedade contemporânea, no mundo capitalista, em formas de vigilância em que se constituem como mecanismos de monitoramento e de controle social. A tecnologia da informação se inscreve pela/na captura de registros imagéticos e torna-se mais e mais tomadas como “comum” em nosso dia a dia, pois vivemos sob forte avanço da inovação

tecnológica, o que tem funcionado em nossa sociedade como outro imaginário de unidade linguística.

Constitutivo desse imaginário de unidade linguística, temos uma relação do sujeito com uma língua metálica, tecnologia sobre a qual não podemos ignorar seu funcionamento também nas bases das relações sociais, pela linguagem, pelo espaço digital, espaço esse a partir do qual dizemos “navegar na internet”, em redes (DIAS, 2016, p. 64).

Outra característica da tecnologia está em relação ao mundo imobiliário e o que nos chama a atenção é o rápido crescimento de condomínios vigiados por câmeras e circuitos fechados de TV pelo país, transformando a “ambiência” (ORLANDI, 2010) das grandes cidades, quando pensa a linguagem na produção simbólica do espaço urbano. E essa indistinção entre público e privado, o que é de dentro e o que é de fora, muda a aparência urbana com seus desenhos arquitetônicos de muros altos. Os condomínios, também, dividem em duas partes distintas os moradores das cidades: os que estão de dentro e os que estão de fora desse tipo de moradia, fazendo com que essa divisão espacial traga de forma ilusória a sensação de proteção e onipotência como diz Orlandi (2004):

É ilusão dizer que ao fechar se protege. No imediato pode ser que sim, mas no mais duradouro não, porque os reflexos serão no social. Esse imediatismo é que está impedindo que a gente veja mais longe e produza espaços de convivência que possam resultar em coisas positivas em relação a essa questão da violência. Falar em violência é sempre uma armadilha porque é em nome da violência que as pessoas fazem exclusões, que elas se armam de um sentimento de onipotência ilusório (ORLANDI, 2004, p. 76).

A autora ainda chama a atenção ao dizer que, ao invés de trabalhar com a violência como um fato consumado, deveria se pensar no processo que produz essa violência e não se trancar, segregar, armar-se de proteções inúteis que só vão aumentar a violência, afastando-se um dos outros no sentido social (ORLANDI, 2004). Segundo Lucas Melgaço (2012), propondo uma análise do ponto de vista da Geografia, o aumento dessas moradias em condomínios fechados produz a separação de classes sociais no espaço urbano. Em seu artigo “A cidade de Poucos”, publicado no **Boletim Campineiro de Geografia**, afirma que:

Atualmente, a forma urbana que mais tem movimentado o setor imobiliário brasileiro são os chamados condomínios fechados. Os novos anseios e ideais urbanos de moradia não se limitam mais à casa como propriedade particular, mas se estendem à privatização de seu entorno. Além do desejo de exclusividade, outros motivos que levam os compradores a optarem pelos condomínios são a busca de distinção social junto aos de fora e de

homogeneidade social com os de dentro do condomínio, a possibilidade de se habitar em imóveis amplos, o contato com a natureza, as opções de esporte e lazer e, especialmente, a preocupação com a segurança (MELGAÇO, 2012, p. 22).

As formas de discursivização das mudanças e a produção de sentidos na sociedade determinam o modo de viver urbano. A discursividade das câmeras de segurança ou para vigiar produzem outra realidade pela captação das imagens do cotidiano das pessoas que ocupam o espaço público e inscrevem outros sentidos em relação a esta “nova” condição sócio-histórica das câmeras. A vigilância na sociedade, no contemporâneo, em pleno século XXI, as formas de controle digital, rastreando, controlando, disciplinando e registrando imagens, estão por toda parte e passam a integrar o *modus operandi*⁹ da “sociedade da informação” (Orlandi, 2017) em que vivemos.

Os sentidos produzidos em relação às “câmeras de vigilância” ao mesmo tempo que podem se inscrever em um discurso para “segurança”, discurso da Polícia e da mídia, podem também corroborar para o aumento da “insegurança” na medida que a população acredita que há motivos para ter medo. Os cidadãos que se deparam com o discurso da mídia diariamente, mostrando o aumento das câmeras urbanas para diminuir os crimes ou para flagrar os criminosos, passam a acreditar que não estão seguros longe de uma câmera de segurança ou de vigilância. Podem acreditar, assim, que não há espaço protegido a não ser quando esse espaço possui câmeras de vigilância observando e/ou violando o respeito ao outro, como relata, em seu artigo, o Professor da UFBA, André Lemos:

A materialidade do dispositivo altera a relação com o espaço/lugar, produzindo um sentimento de insegurança. E pouco importa se essa insegurança será ou não resolvida. As câmeras devem ser vistas como algo que incomoda e instaura relações de incivilidade, violando o respeito ao outro. Pode-se, então, diagnosticar o princípio de sua violência, já que elas instituem olhares intrusivos e a produção de uma sensação de medo proveniente da observação e da vigilância permanente (LEMOS, 2011, p. 145).

Sentimos a necessidade de retomar os enunciados relacionados às câmeras para monitorar e de monitoramento. A câmera de vigilância e sua relação com o espaço urbano, incomoda e viola o direito à privacidade e à liberdade individual (FOUCAULT, [1975] 1987), por

⁹ Modus operandi: é uma expressão em latim que significa "modo de operação". Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos. Tratando esses procedimentos como se fossem códigos.

produzir um efeito de uma exposição ameaçadora enquanto um instrumento de controle que determina a sensação de vulnerabilidade, insegurança e medo, inscrita em uma discursividade de segurança e proteção à sociedade.

Trazendo a discussão da lei nº 15.435, do Estado de Minas Gerais, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança, em sua composição textual em comparação com a notícia da Polícia Militar de Minas Gerais, em seu site, mostrada na figura 09, teremos outro efeito de sentido pelo deslizamento de câmeras de vídeo para o monitoramento, para sistema de videomonitoramento da violência.

Questionamos sobre os efeitos de sentido deste deslizamento e suas possíveis relações com o processo de automatização do espaço urbano nos enunciados a seguir:

De “Câmera de vídeo para o monitoramento” (Lei n. 15.435)

Para “Câmera de videomonitoramento” (Site PM-MG)

Sendo que o primeiro é constituído pelos enunciados:

A: Câmera de vídeo para fins de segurança

B: Câmeras de vídeo de bem de uso comum da população

A+B: Câmeras para o monitoramento de bens de uso comum da população para fins de segurança pública.

Em relação especificamente às câmeras de videomonitoramento no espaço urbano, conforme o Blog CFTV¹⁰, os primeiros registros de gravação de imagens para algum tipo de análise datam de 1965, quando a polícia de Nova York resolveu instalar as primeiras câmeras para vigiar os arredores da Prefeitura com a finalidade de aumentar a segurança patrimonial, ainda que de forma simples, por meio de circuitos fechados de TV. Após o ano de 1970, as câmeras foram “popularizadas” e, conseqüentemente, com os avanços tecnológicos, passaram a funcionar em gravação contínua em sistema de videocassete. Rapidamente, a utilização de câmeras de vigilância massificou-se em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. Esses sistemas de segurança passaram a ser utilizados em bancos, grandes lojas, postos de combustíveis, praças e espaços públicos em geral.

¹⁰ Blog CFTV, acessado em 07 de agosto de 2017, pelo endereço cftvblog.com.br

2.1 A discursividade das câmeras urbanas: procedimentos metodológicos de análise

No percurso deste trabalho, mobilizamos noções teóricas relacionadas ao discurso do urbano, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, pela qual recortamos fragmentos de linguagem-e-situação de uma lei, de jornais da Internet e de entrevistas realizadas com moradores e trabalhadores do centro urbano de Pouso Alegre, os quais constituem o *corpus de análise* da presente pesquisa. Fundamentados na Análise de Discurso, não nos preocupamos com o que os entrevistados ou autores “querem dizer” ou com buscas por respostas, mas sim como esses dizeres produzem sentidos inscritos na discursividade das câmeras urbanas.

Segundo Orlandi (2001, p. 19), “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo”, sendo assim, na constituição do dispositivo analítico, são produzidos recortes junto aos gestos de descrição do analista de discurso, que se abrem sobre a interpretação, trabalhando como determinados sentidos estão em funcionamento, postos em evidência, pela ideologia. A ideologia na ordem do discurso funciona de modo a “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2001, p. 46).

Ao produzirmos os recortes nos documentos, jornais, leis e entrevistas, pela teoria, também trabalhamos o dispositivo ideológico que nos é constitutivo enquanto sujeito do discurso, tal como o fazemos na introdução deste trabalho ao falarmos sobre nossa história de vida, nossa relação com o objeto de análise, que determina o modo como produzimos nossos gestos de análise. Compreendemos, desse modo, que a história se inscreve, pela língua, no processo de produção do conhecimento.

A partir da questão da transferência ou deslizamentos presentes no processo de identificação de sujeitos, o analista constitui o objeto de estudo do trabalho, por um espaço de entremeio, pois coloca-se em posição deslocada para compreender que as palavras e as expressões só significam quando estão inscritas em alguma formação discursiva, afetadas pela ideologia. Os recortes discursivos em análise, aqui, pela ótica da Análise de Discurso, constituem o *corpus da pesquisa*, pela qual é possível compreender como o discurso funciona e sua produção de sentidos.

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos de análise de dis-

curso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar a sua compreensão (ORLANDI, 2001, p. 63).

Por entrevistas realizadas com moradores e trabalhadores do centro urbano, que vivem o ordinário (dos sentidos) da cidade de Pouso Alegre, produzimos um material para análise constituído pela leitura dos entrevistados quanto à utilização das câmeras de vigilância no centro urbano e como essas câmeras podem (re) significar o seu dia a dia. A seguir, temos o primeiro recorte de entrevista (RD5) com um morador e trabalhador do centro da cidade, designado pelas iniciais MRRM:

RD 5: “Quando realmente você olha para a câmera e vê que tem outra pessoa”

No jogo parafrástico e polissêmico temos o possível dizer: **Me incomoda muito quando percebo, penso e entendo que estou sendo observado, vigiado, controlado, tendo a minha privacidade violada por outra pessoa. Não gosto e não quero ser vigiado.** Quais os sentidos de “olhar” nas formações imaginárias, na ordem do digital? As câmeras são mecanismos de espiação, de visualização, que produzem a evidência de que tem alguém do outro lado, ou seja, de que se está em uma vigilância permanente, de modo que se cristaliza um efeito de verdade, fazendo com que deslizem os sentidos de câmeras urbanas para câmeras de segurança e, por sua vez, para câmeras para vigiar. No jogo de sentidos, na polissemia, no dito pelo morador há possíveis deslizamentos de sentidos em relação a câmeras em espaços públicos e temos assim as seguintes questões: Olhar para a câmera e o olhar da câmera, observar que está sendo observado, a máquina está me olhando e alguém está me observando. Quem está me olhando? Porque estão me olhando? O que vão fazer com minhas imagens? Como será que me veem? Estou fazendo algo errado? Como devo me comportar?

A partir da materialidade visual das câmeras de vigilância, as imagens tornam-se um dispositivo de designação no qual opera a dinâmica da memória coletiva para a submissão à relevância do uso de câmeras e a adesão à ideia da vigilância, principalmente pelo temor ao crime e pela ilusão de proteção, e logo em seguida o cidadão demonstra a sua preocupação diante da vigilância, da sua privacidade perante um olho eletrônico que vê, controla e grava os movimentos da cidade. O morador inscreve em seu discurso o incômodo da relação entre os planos de segurança e vigilância, mostrando que há uma cristalização em efeitos de verdade sobre câmeras. Na ditadura Militar, éramos vigiados como alvo ou um nicho que poderia se rebelar a qualquer momento, os estudantes, os professores, os intelectuais, os artistas ou os

sindicalistas. Uma Vigilância que era anunciada por pessoas do Estado, por câmeras fotográficas, por ‘grampos’ em telefones ou até mesmo uma espreita presencial sem que percebêssemos. Já as câmeras que criam o efeito de olho digital no espaço urbano, em pleno século XXI, são a imagem da ditadura sem farda, que se atualiza, oprime, controla e disciplina, mas de modo diferente ao promover uma caça aos adversários e inimigos do Estado, filmando, flagrando as imagens em movimento, no cotidiano, do espaço urbano, da ordem do digital.

No deslize de segurança para vigilância, em um jogo linguístico, questionamos sobre a legitimidade do Estado na sua autoridade de cumprir a lei e sua preocupação quanto ao manuseio das imagens registradas pelas câmeras de vigilância. No dizer do entrevistado, entra em cena o efeito da ilusão, pois as câmeras por si só não impedem o ato de violência ou uma transgressão da lei, ela é apenas um instrumento inibidor de atitudes, pela qual se produz certa interdição de sentidos outros.

Na materialidade linguística da entrevista, a opacidade linguística e a produção de sentidos são postos em questão. Na voz do morador MRRM, lê-se o mundo estabilizado praticamente imposto pela polícia quando vigia, analisada pela ótica do político que regula, normatiza e homogeneiza, mas também se lê o funcionamento de um discurso afinado de preocupação com o olho outro que vê e grava. Em que situação ele pode estar me vigiando? Para que ele me vigia? Para onde vão essas imagens? São questionamentos embasados na relação câmera de vigilância-linguagem-realidade e colada no discurso dessa entrevista pelo morador do centro urbano de Pouso Alegre.

Quem está sujeito a um campo visual, e sabe disso, assume responsabilidades pelas limitações do seu poder, faz com que elas explorem espontaneamente as suas fraquezas; inscreve em si mesmo a relação de poder na qual desempenha simultaneamente dois papéis, torna-se o princípio da sua própria sujeição (FOUCAULT, [1975], 1987, p. 202-203).

As Câmeras, na Figura 10, a seguir, são do projeto “Olho vivo”, instaladas pela Polícia Militar de Minas Gerais em poste(s) de energia elétrica, no centro urbano de Pouso Alegre, as quais evidenciam o crescimento do número da violência no espaço público, elegendo essas câmeras como ferramentas essenciais para o controle, observação e disciplinarização do Estado. Como na Figura 10, a seguir, as câmeras estão instaladas em lugares estratégicos próximo aos bancos e lojas comerciais, com monitoramento 24 horas por dia.



Figura 10. Fotografia de câmeras no centro urbano de Pouso Alegre – MG

A seguir, na Figura 11, uma fotografia do centro de monitoramento no Batalhão da Polícia Militar de Pouso Alegre, a sala do projeto “Olho Vivo”, onde se concentram todas as telas de vídeo transmitidas pelas câmeras do projeto instaladas no centro urbano. Nessa sala trabalham civis que são funcionários da Prefeitura da cidade, treinados pela Polícia Militar para observarem as telas 24 horas por dia e, diante de qualquer atitude suspeita, recorrerem a um Policial Militar que fica de plantão na equipe com o objetivo de assumir o comando de uma operação em parceria com a Guarda Municipal, caso seja necessário.



Figura 11. Centro de monitoramento das câmeras de vigilância na Polícia Militar de Pouso Alegre - MG. (Fonte: Página oficial da Polícia Militar de Minas Gerais.¹¹)

Na Figura 11, recortada da página jornalística de anúncio do início do projeto “Olho Vivo”, a Polícia Militar relata características técnicas de operação das câmeras que precedem as táticas militares com o seguinte dizer:

RD 6 “As câmeras de segurança têm alcance de um quilômetro e possuem laser infravermelho para garantir que a noite as imagens sejam capturadas com nitidez. Os equipamentos ainda permitem controle manual e automático e giro de 360° das lentes”.

A notícia coloca em evidência que estamos sendo vigiados, por um olho digital, com uma qualidade técnica cada dia melhor e que até em um rotineiro deslocamento de casa para o trabalho, o cidadão é vigiado. Sabemos que estamos sendo olhados, conforme a RD 5, mas não é apenas por um olho humano e sim por um olho instrumentado pela máquina, a câmera, conforme RD 6. Segundo Bauman, (2013, p. 99), “agora parece que todos nós, ou pelo menos a grande maioria, nos transformamos em viciados em segurança”.

Cientes de que as câmeras estão por todos lados, diz a Polícia Militar na sua página na internet, os infratores, contraventores e criminosos tendem a modificar seu comportamento por receio do registro que comprova a ação danosa, mas a mesma Polícia Militar, não chama a população a um diálogo mais aberto sobre o digital no espaço urbano, ou a invasão da intimi-

¹¹ <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/>

dade do cidadão. Cria-se no imaginário, no coletivo, constituído por uma ideia ilusória de que espalhar câmeras é útil, dá proteção e inibe o crime organizado. A seguir, imagens das câmeras urbanas na cidade, em circulação pela mídia digital:

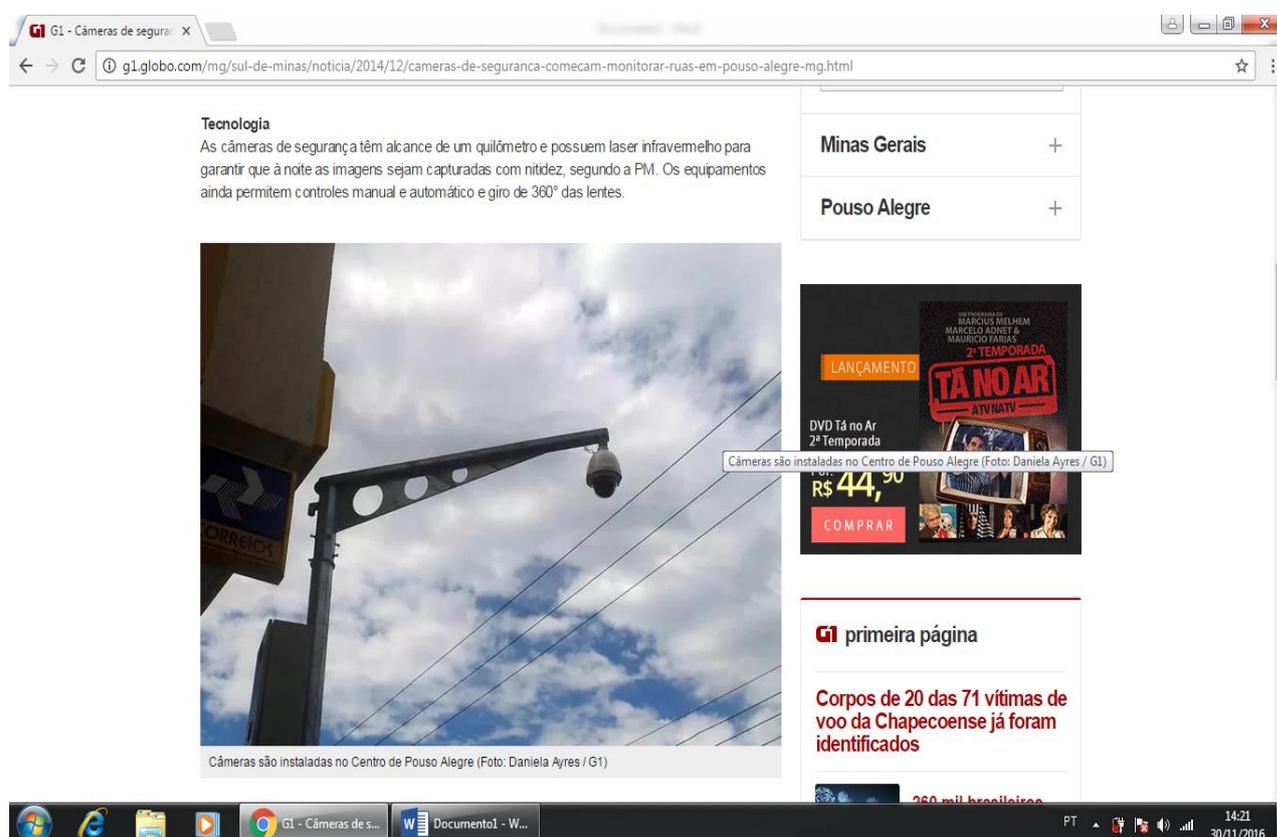


Figura 12. Imagens captadas em Pouso Alegre - MG. (Fonte: www.g1.globo.com)

A Figura 12 foi recortada da página jornalística G1.globo.com e apresenta reportagem sobre a instalação das câmeras no centro urbano de Pouso Alegre, abrindo a possibilidade de inscrição de sentidos de uma sensação de vigilância e um controle permanente em toda área urbana central.

Juntos aos recortes correlacionados de lei, notícias, imagens e entrevista, colocamos em cena mais um recorte discursivo do que foi escutado pela voz do responsável municipal da parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, o Major aposentado da PM do Estado e Secretário de Segurança Pública da cidade de Pouso Alegre, retratado aqui como ASA:

RD 7: Entrevistador: Qual é o principal objetivo das câmeras do projeto **Olho Vivo**?

ASA: O objetivo é para **prevenir o crime**. A Polícia Militar não consegue de forma alguma fazer **essa prevenção imediata**, o crime ocorre e é a nossa guarnição (a muni-

principal) que tem que atender. **O objetivo do estudo feito na época era para a prevenção... A realidade é outra... A maioria das ações são repressivas.** (grifo nosso)

As palavras do entrevistado colocam uma possível estabilidade nos erros e enganos do Estado, o que produz sentidos sobre a constituição do projeto, produzido para ser atendido pela Polícia Militar em parceria com a Guarda Municipal e essa última alega que a Polícia Militar não consegue atender na prevenção e então conclui que as câmeras de vigilância apenas funcionam para fins de repressão. Ora, dados como imagens das câmeras de vigilância são bases primárias das informações que devem ser analisadas e interpretadas. Ao se falar em prevenção, já se lança a possibilidade do crime que está no dizer do morador.

O enunciado do entrevistado “a realidade é outra”, em uma deriva de sentidos de “realidade”, teríamos o seguinte enunciado: **O objetivo do estudo feito na época era para a prevenção... a verdade é outra... a maioria das ações são repressivas, pois é essa a verdadeira intenção do Estado, pois é na truculência que vamos conseguir controlar.** Na linguagem temos o pressuposto de que os sentidos não residem num mundo ideal, portanto “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo” (ORLANDI, 2010, p. 19). A imagem não tem sentido em si mesma e a falta de técnicas de interpretação, aliada à falência do Estado em equipamentos como veículos e pessoal treinado, faz com que a repressão substitua a prevenção, articulada com o projeto “Olho Vivo” criado para vigiar e não para a proteção. Então, pelo recorte acima, as câmeras estão a serviço das forças dominantes criadas pelo próprio Estado, que, em nome de uma pretensa “segurança” ou manutenção dos direitos democráticos, estabelece o discurso de violência impregnado de efeitos de sentidos que impõem mecanismos de coerção, repressão e controle sobre a classe dominada.

Considerando as diferentes condições de produção do discurso digital, das primeiras câmeras de vídeo até as mais sofisticadas, como uma forma de deslocamento do lugar dos sujeitos pela negação ou pela aceitação do seu uso, criou-se um jogo que se inscreve na história da evolução dessas câmeras com a relação entre o que era compreendido como segurança e vigilância desde o seu surgimento. Deste modo, devido às mudanças nas condições de produção das câmeras, há a produção de um deslocamento de percepção em relação a necessidade ficando encoberto pelo receio da criminalidade. Nas palavras do entrevistado ASA, ‘a realidade é outra’, há uma negação para a relação linguagem-pensamento-mundo. Podemos tomar como pendular a formulação dessa divisão, com os seguintes dizeres: **...a realidade é outra..., a verdade é outra..., gostaria que não fosse assim..., as coisas não são bem desse modo.**

O discurso sobre a utilização das câmeras no espaço público não trava forças com a questão da segurança ou com a prevenção de crimes, mas sim com o que estamos fazendo com a exposição exagerada das nossas vidas em espaços públicos, ficando confinados em ambientes cercados ou vigiados, trocando a privacidade por mais um aparato de cuidados com a nossa integridade. Estes questionamentos foram percebidos por Foucault, que afirma que:

No espaço prisional ações são tomadas de modo que os supervisores exerçam ampla e constante vigilância sobre os internos, que não teriam, por sua vez, qualquer noção sobre quem os vigia, como ou quando são vigiados. No seu tipo ideal, o Panóptico¹² não permite qualquer espaço privado sem supervisão (FOUCAULT, 1975, p. 89).

Foucault produziu discussões sobre o Panóptico, colocando a possibilidade de relacioná-lo ao espelho da modernidade em uma comparação com a nossa vivência contemporânea. Mais do que isso, Foucault admite que a disciplina e a forma de vigiar são chaves de controle da alma, mudando de forma implacável o comportamento humano e são também uma nova forma de castigo.

A vigilância através de câmeras é hoje uma rotina e um fenômeno, visto a sua eficácia em monitorar e conectar o local e o global ao mesmo tempo, afetando a vida de milhares de pessoas. Pela tecnologia das câmeras de vigilância, objeto desta dissertação, colocamos em destaque o discurso sobre a alta qualidade e a quantidade de câmeras instaladas no espaço urbano de Pouso Alegre, sentidos esses atualizados nas palavras dos moradores e comerciantes. Sabendo-se que tornou uma tecnologia cada dia mais acessível financeiramente para o público em geral, com tantas câmeras instaladas em locais estratégicos, é produzido um imaginário de garantia de uma presença ocular dos interessados, um olho digital que flagra imagens em regiões de grande concentração de pessoas, vinte e quatro horas por dia, com incidência criminal ou não.

Os sentidos produzidos sobre as câmeras de vigilância instaladas em áreas urbanas da cidade de Pouso Alegre determinam as relações sociais em certas condições de produção dos discursos sobre segurança e proteção, bem como pelo imaginário de privacidade, considerando que essa possa ter sido ameaçada pelo fato de nossas imagens ficarem registradas e serem vistas por outras pessoas. Nosso texto problematiza os deslizamentos e equívocos na materia-

¹² Panóptico deve ser compreendido como uma centralidade da situação de inspeção e vigilância. É um projeto de prisão de 1789, inventada pelo filósofo Inglês Jeremy Bentham, onde um supervisor tinha visão de todas as celas, construídas em formas circulares com uma torre no meio, e os encarcerados não sabiam quem os vigiava. Era um conjunto de dispositivos que permitia a vigilância e o controle social.

lidade linguística do Programa do Governo de Minas Gerais, que contempla Pouso Alegre com o projeto “Olho Vivo”, o qual coloca em evidência o objetivo de diminuir o crime no Estado de Minas Gerais.

É pela análise desse processo de produção de sentidos que buscamos trazer à baila o funcionamento do pragmatismo do cotidiano e então a produção de um efeito de necessidade dessa “vigilância”.

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências da sua vida – tem por si mesmo uma impiedosa necessidade de homogeneidade lógica: isso se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência [...] até as grandes decisões (PÊCHEUX, 1983, p. 33).

Entendemos o discurso como prática e o sujeito como determinado pela ideologia e dividido pelo inconsciente, o qual, ao transitar pelos sentidos da cidade, significa e se significa nesse centro urbano, onde as câmeras de vigilância estão instaladas. Desse modo, problematizamos as significações para esse sujeito que se vê protegido do crime organizado, mas também se encontra inscrito num discurso neoliberal, produzindo sentidos de que as imagens não mentem ou que uma imagem vale mais do que mil palavras. Pelo funcionamento da linguagem em um mundo estabilizado (PÊCHEUX, 1983), é possível colocar-se o efeito de que todos discutem a criminalidade, porém trata-se de uma opinião sem nenhuma preocupação em problematizar os limites de controle e da falta da privacidade.

Este funcionamento da linguagem é colocado, neste trabalho, como objeto de análise discursiva, discutindo as relações de força, relações de sentidos, na sociedade, colocando como horizonte de possibilidade a emergência do discurso outro, outros dizeres.

Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, deste modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados e possíveis (ORLANDI, 2001, p. 37).

Mais do que produzir uma interpretação, pela perspectiva da Análise de Discurso, buscamos por uma compreensão dos modos como os sentidos serão produzidos sobre as câmeras de vigilância, problematizando as relações de poder e o modo como esses sentidos são inscritos no espaço urbano. Sentidos esses que produzem efeitos de uma invasão da privacidade pela emergência da instalação das câmeras, vindo a constituir mais um tipo de discursividade nos espaços vigiados, em que faz com que o discurso do medo se relacione com o discurso da

segurança e da proteção, bem como produz sentidos de insegurança e de necessidade de prevenção dos crimes. Dito de outra maneira, o discurso do medo é que dá sustentação à discursividade da segurança e do controle.

CAPÍTULO III

CÂMERAS URBANAS: VIGILÂNCIA E LIBERDADE

Em razão do medo, da fragilidade diante do crime, das notícias diárias vindas pela mídia e da sensação de insegurança, é produzida uma ruptura de sentidos nessa relação cidade-cidadão e seus efeitos constituem um engodo no que sentimos e chamamos de “segurança digital”, a qual determina a privacidade e a liberdade das pessoas. As câmeras para vigiar, de forma diferente aos moldes de um regime de ditadura, interditam ou censuram os direitos individuais, na sua “materialidade digital” (Orlandi, 2017), constituindo-se enquanto uma ferramenta digital de controle. Ferramenta essa determinada por sentidos que se presentificam em relação a sentidos outros de ditadura, ou seja, fazendo valer o controle, a vigilância e as possibilidades de repressão ao mundo não estabilizado logicamente e de formas diferentes.

Não havia entre 1964 e 1984, período da ditadura militar no Brasil, aparatos tecnológicos e uma comunicabilidade integrada de controle a não ser o telefone fixo, jornais impressos, máquinas fotográficas manuais, telegrama e a televisão. Vivíamos sob o medo de tropas militares que obtinham informações por meio de informantes infiltrados na resistência, o que era mais complicado para os dominantes do que informações eletrônicas de vigilância e de controle como as câmeras urbanas, os *drones*, bem como outros aparatos do século XXI que vieram facilitar e criar uma vigilância hierarquizada.

Nesse período em que os militares governaram (1964-1984), a maioria das ações de intervenção ditatorial vinham de uma estratégia de época, manual, sem efeitos imediatos, sem ajuda de inteligência artificial e de forma coercitiva. Isso se projeta como ao contrário do que estamos vivenciando na sociedade contemporânea, em que o medo e a proteção da sua integridade e patrimônio são colocados de forma imediata pelas mídias e pelos departamentos públicos, aumentando dia a dia a preocupação com a violência dentro e fora do espaço urbano. Mesmo em uma democracia, o Estado, aliado das classes dominantes, por muitos interesses da propagação capitalista e alienação, tenta cristalizar no senso comum, por intermédio do medo, os seus instrumentos de dominação, vigilância e controle.

O poder não é apenas uma forma de controle, mas é o próprio controle institucionalizado e ele denuncia que por trás do Estado existe uma classe dominante, isto é, há um apagamento da voz do sujeito que clama por igualdade e liberdade. Segundo Foucault:

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós

queremos apoderar. Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição (FOUCAULT, 1970, p. 10).

Considerando as possíveis formas do Estado tentar diminuir os crimes em áreas públicas e a forte repressão dos programas policiais em centros urbanos, a violência urbana nada mais é do que o fracasso do sistema econômico capitalista, que separa, segrega e aumenta as diferenças de classes sociais, na produção marginal de construção ideológica daquilo que deveria funcionar mas não funciona. Dito de outro modo, a segurança do cidadão, por algum motivo, não funciona mais no modelo que foi arquitetado para funcionar e aqueles sentidos que não se inscrevem na discursividade do Estado são taxados como diferentes, perigosos e fora de um tratado de normalidade, em que o espaço urbano é tomado como um espaço de “relacionamentos sociais” (ORLANDI, 2017) e antes de tudo, um local de uma relação de sentidos legitimados. Essa condição também produz sentidos outros, fazendo com que pensemos nas aglomerações urbanas de uma forma diferente, sem exclusão social, trazendo à luz discussões de regimes dominantes e dominados quanto à criação de novas propostas.

A formação de condomínios no espaço urbano, a partir da Lei Federal Nº 6.766 de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, constante no Código Civil Brasileiro, é uma projeção de que as cidades foram recortadas, mais uma vez, na tentativa de dividir as classes pelo poder capitalista, pobres separados dos ricos, os de dentro e os de fora, os que podem ficar seguros e os que não podem ficar, legitimando que aquilo que deveria funcionar como um espaço de relações sociais, na forma político-social, porém não funciona. “Não podemos nos esquecer da violência do urbanismo, marcado pela especulação imobiliária e pela segregação. Ou ainda, porque não falar da violência do dinheiro e da informação” (Melgaço, 2005, p. 16).

No cenário atual brasileiro, no qual se efetiva de forma parcial o regime democrático burguês, em que diferentes sentidos de violência circulam, persistem os sentidos (sentimentos) de medo. Inseguras, as pessoas são “influenciadas também pela superexploração midiática dos episódios violentos” (Mídia dramatiza violência, dizem pesquisadores, disponível em www.ilanud.org.br/nota88.htm. Acesso em: 27/11/15).

As pessoas influenciadas por essa mídia falam e comentam com amigos, parentes e colegas de trabalho sobre os crimes e alimentam ainda mais as perspectivas de privatização da segurança e a segregação social, chegando a achar que quanto mais aparatos de vigilância possuírem, mais a sua integridade estará protegida, como podemos conferir com um simples passeio pelo centro urbano de Pouso Alegre ou até mesmo pelos bairros. Colado nesse racio-

cínio, a mídia e a informática repetem e multiplicam o discurso da violência fazendo com que os efeitos se tornem homogêneos, transformando o discurso circulante no espaço público, em apenas um dizer, sem diferenças, sem variação, regendo um novo espaço de discurso. A língua metálica (formal) em sua noção de informatização, repetidamente, faz com que haja um silenciamento, um apagamento do discurso político, da memória discursiva, constituinte na cidade:

A memória metálica (formal) “lineariza”, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito da onipotência do autor e o deslimite dos seus meios (a memória metálica, a infinidade de informações) (ORLANDI, 1996, p. 15-16).

De acordo com Orlandi (1996), a multiplicação que o sistema midiático causa ao tentar produzir a homogeneização dos efeitos e pontua que é um lugar que se rege pelo predomínio da audiência. Quando falamos em ‘liberdade’, nosso objetivo não é discutir sua generalização ou suas formas e estruturas dentro ou fora do espaço logicamente estabilizado, mas as possíveis relações do sujeito/ espaço urbano/ privacidade, pela qual se produz uma dicotomia entre viver em casa “protegido” e estar nos espaços públicos “vigiados”. Dicotomia essa no sentido de duas coisas distintas, porém dependentes uma da outra e problematizamos como as câmeras de vigilância, colocadas no centro urbano da cidade de Pouso Alegre, afetam a mecânica da constituição das redes de filiação de sentidos.

Lembrando Foucault (1977), em sua obra **Vigiar e Punir**, temos uma leitura sobre o poder do Estado em vigiar prisioneiros no século XVIII, numa França em período de grandes mudanças sociais e econômicas. O autor coloca em cena o arquétipo de uma vigilância expandida aos prisioneiros da época, a qual é denominada “Panóptico”, definição já observada neste trabalho, que funciona como uma espécie de prisão cujas as celas e centro de vigilância estavam dispostos de tal maneira que um único guarda poderia observar todos os prisioneiros sem que eles soubessem ao certo que estavam sendo observados. Era como se o guarda assumisse um papel divino, a onisciência. Tal sistema consistia em uma estrutura arquitetônica, construída em forma de anel, com uma torre no centro e dividida em celas, assim esse único vigia poderia visualizar toda a estrutura, sem ser visto. De acordo com Foucault (1977), o sistema panóptico levava o detento a um estado de visibilidade constante, uma vez que ele não poderia se assegurar de que estava realmente sendo vigiado.

Os discursos na sociedade são organizados, selecionados e controlados e exercem um poder de coerção sobre os outros discursos pedindo um sentido de legitimação (FOUCAULT,

1970). Lendo Foucault na contemporaneidade, em relação as câmeras de vigilância no espaço público, pode ser uma via para se trabalhar o imaginário sobre o cidadão em estar protegido e não em estar com sua privacidade tolhida de forma vigiada.

A posição do dominado sempre sustenta a posição do dominador, de modo que para essa pesquisa sobre as câmeras de vigilância, na observação do discurso circulante no território urbano, é o sujeito do medo que desenvolve o mercado das câmeras colaborando para o seu crescimento, sustentado na necessidade de vigilância, controle e observação, contudo “não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 2009) e essa resistência acontece por meio de furos no processo de constituição do sujeito e dos sentidos no espaço público.

Voltando os nossos olhares para a mídia neste momento, tomando a cidade como algo simbólico à organização e às regulações do dia a dia, como algo que precede o sentido de nacionalidade ou patriotismo, pois é nela que vivemos e sentimos o efeito do social, se entendermos que o termo cidade é ato figurativo que compõe todas as pessoas, famílias, de uma certa região geográfica na tentativa de haver algumas características homogêneas como língua, costumes, leis (Orlandi, 2011) onde a heterogeneidade é constitutiva de qualquer relação social. E a mídia, por sua vez, se apresenta nesse cenário como a responsável pela divulgação e propagação da violência que fortalece e amplia o sentido de insegurança da população, o que faz mudar o imaginário sobre a paisagem urbana com instalações de câmeras de vigilância ao estar amedrontada com o que vê por meio do sistema midiático.

Vejamos o que Orlandi fala da mídia no confronto dessa imagem de naturalidade da violência na cidade:

A violência não é pois natural à cidade, ela é a confluência de certas condições em que conta a má metaforização da quantidade: ela é política, ela se determina na história das relações sociais. Se assim é, nossa proposta é que se re-signifique o social como mediador, para se flagrar o real da cidade e poder trabalhá-lo favoravelmente ao sujeito urbano. Nesse sentido, a mídia, embora não seja a instância produtora do imaginário da violência, ela o acentua, na medida em que investe nesse processo de significação ao invés de procurar rompê-lo (ORLANDI, 2011, p. 03).

Quanto ao sistema de controle instalado pelos meios de comunicação, o que nos parece é que o efeito do terror causado pela mídia faz com que a população em geral não saiba, por algum jogo de estratégia, o que de fato está acontecendo, o que é de maior gravidade no ocultamento da “verdade” midiática e que se transforma numa forma de controle: que ela também não saiba que não sabe. Estabelece-se assim um instrumento de controle pontual sobre a população pelo método de distração, um jogo linguístico pelo que se fala, vê e escreve,

desviando a atenção de problemas importantes como decisões socioeconômicas e políticas pela técnica de repetição de informações, priorizando a violência como método de chamar a atenção, mantendo a atenção das pessoas distraídas, ocupadas e dispersas, longe da questão dos problemas sociais e sem nenhum tempo de pensar, refletir ou analisar. A resignação se instala por métodos variados e sem medidas de parâmetros de qualidade usando os aspectos emocionais muito mais que a reflexão, fazendo com que a grande “massa” compre ideias, tenha sensação de medos e temores, desejos e compulsões, induzindo e produzindo comportamentos desejáveis para a manutenção do sistema capitalista e neoliberal.

Esse estudo não se propõe a aprofundar sobre a falência do anonimato ou da falta de visibilidade das pessoas, causado pela Internet e aparatos de filmagens como câmeras de vigilância e *drones*, os quais estão sendo desenvolvidos no tamanho de pássaros ou insetos para colher informações sobre “tudo” e sobre “todos”, sabendo-se que tais aparatos propagandeam, no mundo estabilizado, exatamente o contrário do como tirar pessoas do anonimato ou trazer novos propósitos para quem nunca teve oportunidade de mostrar sua identidade.

Creio que o aspecto mais notável da edição contemporânea é que ela conseguiu, de alguma maneira, forçar e persuadir opositores a trabalhar em uníssono e fazê-los funcionar em comum acordo, a serviço de uma mesma realidade... onde o medo da exposição foi abafado pela alegria de ser notado (BAUMAN, 2013, p. 29).

Na perspectiva da Análise de Discurso, podemos constatar, pela análise, que o sistema midiático tem realizado um trabalho cujo objetivo é conhecer seus seguidores mais do que eles mesmos se conhecem, e, na maioria dos casos, exercer controle e poder sobre os sujeitos, mais do que eles sobre si mesmos (Lemos, 2010). Sob essa perspectiva, o sujeito afetado pela evidencia dos sentidos modifica seus hábitos, atitudes, forma de pensar e agir, e, sem observar, transfere ressignifica as cidades, lugar de convivência, que passam a ter uma outra produção de sentidos, resultando em uma dinâmica cíclica, onde o sujeito afetado é o agente passivo e ativo e, ao mesmo tempo, manda e recebe.

Então é certo afirmar que o funcionamento das câmeras de vigilância produz uma deriva de sentidos nos espaços públicos urbanos e transita do controle da criminalidade, em suas mais variadas formas, para um controle subjetivo de mudança de comportamento dos sujeitos que vivem nesses espaços e acreditam que os aparatos eletrônicos estão instalados para garantir a integridade social. Nesse sentido, na maioria das vezes, seria uma função do Estado, que é ineficiente em fazer valer a liberdade sem condicionais tecnológicas, as quais podem trazer

consequências emocionais negativas, configurando, nesse sentido, um país que ainda clama por liberdade.

Trata-se, assim, de um deslizamento nos efeitos de sentido de “liberdade” na cidade de Pouso Alegre, em seu centro urbano, local de relações sociais e de sentidos. As atitudes das pessoas na área urbana de Pouso Alegre, está com o foco cada vez mais fechado no que diz respeito a sua integridade física e patrimonial pelos seguidos anúncios sobre o trânsito de quadrilhas organizadas, o que as leva a acreditarem que a vigilância eletrônica vai trazer uma nova perspectiva de segurança e tranquilidade, fazendo-se eliminar o problema e a sua vulnerabilidade social. Observamos aqui, então, uma nova forma de aproximação: aqueles que vigiam e aqueles que são vigiados.

3.1 Espaços públicos vigiados

Uma compreensão sobre o processo de produção de sentidos sobre as câmeras de vigilância em espaços públicos em relação ao que é legítimo em uma sociedade – regida com base em leis e determinada por “regras” de dualidades como o certo/errado, separação/ajuntamento, pobre/rico, vigilância/medo – faz-nos buscar promover uma intervenção discursiva em relação a esse processo que, de alguma maneira, produz diferentes formas de se (con) viver no espaço social. Espaço esse, em que o sujeito faz laços, é o centro da nossa análise pelas maneiras como as relações sociais são afetadas pela inserção tecnológica das câmeras de vigilância nos espaços públicos urbanos.

Sendo assim, sob a inquietação diante de fatos, interpretações que são colocadas como “verdades” sobre os espaços urbanos vigiados, incluindo sua (in)comunicabilidade (discurso midiático), a permissão da população, perante o poder estatal, também diante dos efeitos de insegurança e ainda diante das leis que legitimam o olhar digital pelas/das câmeras. Desse modo, venho remontar a ideia de que o político, a divisão de sentidos, constitutivo do discurso, é recoberto pela “fabricação do consenso” (Orlandi, 2010) nesse confronto, se definirmos a discursividade como efeito da própria língua e dos seus efeitos contidos neste espaço vigiado. Nessa fabricação do consenso opera o próprio do funcionamento da ideologia como um mecanismo pelo qual se produzem as evidências, a univocidade, o efeito de totalidade na sociedade.

É preciso lembrar que fatos e acontecimentos demandam por interpretação, na história, na sociedade (Orlandi, 2001) e de acordo Orlandi (2004, p. 45) “esta forma de considerar a interpretação nos permite deslocar a noção de ideologia de uma formulação sociológica para

uma formulação discursiva”. E é pela perspectiva discursiva que pretendemos remontar aos sentidos de sustentação da lei no momento em que há contradições em relação a questão da vigilância. Tomamos, aqui, um recorte do texto da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, de 1948, em que é estabelecido que:

Artigo III – Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (...)

Artigo XII – Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem o direito a proteção da lei contra tais interferências ou ataques (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, 1948).

No texto é colocado que “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada”. Como fica a questão do espaço público em relação a privacidade do sujeito? O sujeito não tem privacidade no espaço público? Quais os limites entre o público e o privado no espaço urbano?

Com relação ao texto da **Constituição Brasileira** de 1988, tomamos o seguinte recorte, em que é determinado que:

Artigo 5º - todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos dos seguintes: [...]

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988).

Neste texto, coloca-se que todos são iguais perante a lei. Então, por que alguns são vigiados e outros não? Os que vigiam o espaço público também são vigiados? Quem vigia aqueles que vigiam, se “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”? O que sustenta o discurso de que o espaço público urbano deve ser vigiado? Se for a criminalidade, ela existe apenas no espaço urbano? Quais outros espaços públicos não são vigiados? Partindo dessa conjectura, o monitoramento por câmeras de vigilância com coletas de dados pode legitimar e potencializar uma sociedade de controle, uma sociedade em crise que a tecnologia controla a distância.

É uma afirmação institucionalizada, que a vigilância pelas câmeras busca diminuir a violência e aumentar a proteção e desliza através dos aparatos de direito do Estado para uma vigilância de controle, para o controle dos sujeitos, sendo assim configurada como a verdadei-

ra relação entre tecnologia-vigilância-controle-proteção, configurando-se na incapacidade do Estado em dar proteção, fazendo valer a violação dos direitos assegurados à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do cidadão.

RD 8: “a vida privada da pessoa natural é inviolável”

No enunciado do código civil “a vida privada da pessoa natural é inviolável”, temos uma possível leitura: **A vida privada da pessoa natural é inviolável, desde que ela não transite pelo centro urbano e as suas imagens não sejam capturadas pelas câmeras de vigilância.**

Essa condicional, trabalhada pela ótica da Análise de Discurso, permite a visibilidade legal da compreensão de que uma lei estadual não se sobrepõe a uma lei federal, no caso aqui, o código civil Brasileiro. A constituição federal também considerou a inviolabilidade da vida privada (art. 5º, X). A princípio, conforme o dicionário Aurélio, intimidade e privacidade são sinônimos, mas o código não seguiu a mesma linearidade, conforme aponta José Afonso da Silva (2015, p. 210): “Deu destaque ao conceito, para que seja mais abrangente, como conjunto de modo de ser e viver, como direito de o indivíduo viver sua própria vida”. Portanto, na esfera íntima trata-se da questão individual, da pessoa, dos seus pensamentos e sentimentos em relação à identificação com a sociedade da qual faz parte. Já a esfera privada compreende os hábitos, vícios e opiniões da pessoa a respeito das mais variadas questões e dos pensamentos e desejos a respeito da sua própria intimidade. Assim, pode-se dizer que a intimidade está no interior da privacidade.

Não menos importante que o horizonte legal, é o pensar na produção de sentidos que uma vigilância indefinida pode acarretar ao sujeito posto na posição de “usuário” (Grigoletto, 2015) das áreas públicas urbanas digitalizadas. É por essa posição de usuário que o sujeito se significa ao conviver ao mesmo tempo com a temeridade da privação da sua liberdade e com a ameaça do crime organizado e o ataque midiático da violência pela repetição, pelo comum, pelo padrão. De forma acelerada, a construção de condomínios, por sua vez, não é uma ferramenta social para se acabar com a criminalidade, pelo contrário, aumenta a tensão entre as classes sociais, aumentando a criminalidade, que se dá também quando há segregação, divisão e expulsão dos menos favorecidos. Temos, assim a sociedade sendo estruturada enquanto um todo complexo com sentidos dominantes em relação ao consumismo e à competitividade que a bombardeiam de forma opressiva pela circulação do discurso da moda com suas marcas e

estereótipos de sucesso, determinado por uma gentrificação sob aplicação de toda a força possível.

Há demandas por interpretação da posição sujeito analista, há demandas por sentidos outros, que confrontem esse discurso dominante e se voltem para as relações sociais, para a convivência dos sujeitos em uma sociedade fraterna e colaborativa, proporcionando maior igualdade e equidade social.

Não somos animais em interação. Somos seres simbólicos, históricos e vivendo em sociedade as nossas relações sociais. Isso tem um sentido que não está sendo respeitado pela sociedade que estamos praticando. Ao invés de irmos em direção à sociabilidade, fazemos exatamente o contrário: investimos em práticas que veem no social um mal e que se perdem em dogmatismos que se formam em torno de ideais mal digeridos, mal pensados, dogmáticos mesmo (ORLANDI, 2004, p. 93).

Como os valores sociais são mutáveis no tempo e no espaço, variando de pessoa para pessoa, de grupos sociais para grupos sociais e as leis são criadas para o amparo dessas pessoas de forma genérica e para a convivência em sociedade, cria-se um pensamento contraditório quando analisamos de perto o que é o direito à intimidade. Se dissermos que vivemos em uma sociedade livre, para que exista e se mantenha essa liberdade, as pessoas dessa sociedade são legalmente obrigadas a tomar a responsabilidade e as consequências das suas ações, porém, é possível afirmar então que a sociedade não é livre quando haverá pessoas obrigadas a alguma lei ou estatuto. Dá-se aí, dentro de uma contradição, a complexidade do sentido de que câmeras previnem e coíbem a criminalidade mesmo sendo um instrumento de vigilância e controle social das “pessoas de bem” ou de “bens” ou ainda de pessoas que não são de bem ou que não têm “bens”.

Como dito anteriormente, “somos seres simbólicos e históricos” (Orlandi, 2004), portanto construímos, no relacionamento, os nossos anseios, as nossas conquistas, os nossos aprendizados e o nosso caráter, e outros diversos valores. Diante desse cenário, dado o nosso interesse em analisar como os sentidos são produzidos em relação ao funcionamento das câmeras de vigilância, é relevante mostrar que essa mesma sociedade, vigiada e controlada, desconhece os efeitos do videomonitoramento na sua intimidade cotidiana, nas suas atitudes sempre medidas e contidas e, enfim, na mudança provocada nas suas relações sociais devido à grande propaganda da necessidade dessa vigilância.

É posto que há uma grande rede de segurança, que estamos a salvo de qualquer tipo de perigo ou risco, porém também estamos fragmentando ainda mais a nossa sociedade, pro-

duzindo um distanciamento maior entre as pessoas, individualizando-nos em uma solidão que nos desapropria daquilo que é o nosso direito: o trânsito livre pela cidade, a liberdade de viver. Isso culmina na invasão e violação da nossa privacidade, pois a forma de significar esse espaço e a sua tensão produzida dá-se, para Orlandi (2011), como “uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los”. A tensão, o confronto de sentidos na cidade, é necessário nas relações sociais, como algo estruturante no sistema capitalista.

A situação se agrava perante o que o poder econômico chama de “A era da informação total”, fazendo uso de câmeras de vigilância e de muitos outros aparatos eletrônicos de forma exagerada para gerar um controle, uma estabilização e um domínio, e, por assim ser, nós nos tornamos informantes de nós mesmos. É posto em evidência que a informação rápida é necessária em qualquer instância, inclusive na vida privada, com consequências de fazer com que um ato de coersitividade pela lei se transforme em algo natural para a vida em sociedade, legitimando que a melhor forma de viver é conviver com os aparatos de vigilância, informações rápidas, fotografias que expõem nossa intimidade em qualquer lugar ou horário, dando um entendimento ao senso comum de que essas atitudes funcionam como modernidade e para a salvação do “cidadão de bem”.

Considerando essa nova forma de conviver nos espaços públicos e privados da nossa sociedade, uma forma também de modelagem ideológica do elemento urbano, que busca compreender essa nova representação discursiva social ao ser interpelado pelas câmeras de vigilância e seus enunciados, não haverá, portanto, um forte questionamento a respeito da privacidade que ficará ocultada pela emergência da própria segurança.

A resposta pela provocação desses estímulos, que alteram o conviver nos centros urbanos em função da vigilância fazendo com que vários sujeitos sejam despertados socialmente, é a legitimação da busca pela proteção e uma certa afirmação de que vivemos em uma cultura de insegurança e não podemos fugir dela, porque a insegurança é um sentimento indesejável e fazemos o possível para nos desviar dela e assim fazemos com que as instalações de câmeras de vigilância pareçam verdadeiras e coerentes. A seguir, temos o recorte discursivo (RD 9) da fala uma moradora do centro da cidade, denominada pelas iniciais IAT:

RD 9 - Entrevistador: Você fica incomodada em saber que está sendo filmada?

IAT: Não, eu não me sinto incomodada não, porque como **eu sou uma pessoa do bem, então, eu não tenho a intenção de fazer nada errado...**

No jogo de sentidos produzidos pelas palavras da entrevistada, há negações que se inscrevem em uma sequência (ou enunciado) que se atualizada pela redefinição do político pela divisão, nos afetando no movimento sócio-histórico que envolve o sujeito e os sentidos.

Divisão entre sujeitos e divisão do sujeito – já que nossa formação social é dividida e a interpelação do indivíduo em sujeito produz uma forma histórica que é a capitalista de que resulta um sujeito dividido, ao mesmo tempo determinado e determinador (ORLANDI, 2012, p. 72-73).

A negação diz respeito à presença do oposto no fio do discurso. Mais do que isso, “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso outro” (Indursky, 1990, p. 213). Esse discurso-outro se faz presente no discurso da entrevistada IAT, sob diferentes modos e é nesse sentido que buscamos analisar o funcionamento da negação de **“fazer [algo] errado”**.

De acordo com Indursky (1990):

Através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar. E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular o recalcado negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo (INDURSKY, 1990, p. 118).

Percebe-se uma filiação ao discurso das câmeras e da própria proteção à repressão. As palavras falam com outras palavras (ORLANDI, 2001). A moradora entrevistada não se incomoda com as câmeras, com os dados capturados por não fazer ‘nada errado’, isto está naturalizando a ideia de que a violação das suas imagens, da sua intimidade, é correto desde que ela se enquadre no mundo estabilizado pelo político que regula, nomeia e legitima a vigilância. Errado é para o mundo estabilizado aquilo que se opõe às leis, às regras, a um padrão social imposto pelo urbano, para o discurso do senso comum.

Qual seria o padrão ideal de sujeito para o Estado para transitar nos espaços públicos? O funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado, da repetição pela mídia sobre crimes de toda natureza, cria um ambiente favorável para o surgimento de um padrão de submissão e medo entre esses sujeitos, uma vez que há na vigilância a produção de ideia e não da proteção efetiva como já verificamos. No discurso da moradora IAT se inscreve o sentido de que ela é uma pessoa de bem. Ora, uma pessoa de bem, como já discutimos pela visão do senso comum, deveria receber a proteção do Estado no que diz respeito às leis, como o Código Civil e a Constituição em seu artigo 5º, e não a vigilância estabilizando o sentido das câmeras em

questão, verificando de forma engendradora uma ressignificação da moradora pelos efeitos da sua vigilância no espaço público.

Como deslocamento, no discurso de IAT, podemos mostrar os sentidos, que se enredam por paráfrases do “ser do bem” e não ter intenção de “fazer nada errado”: **Como eu sou uma trabalhadora, uma pessoa do mundo estabilizado, faço tudo que a sociedade me impõe, não transgribo as leis, não sou questionadora, não penso em cometer roubos e assaltos, podem me vigiar a vontade. Minha punição já é estar à disposição da vigilância com a minha privacidade violada.** “Ser do bem” tem o sentido no mundo estabilizado, pelo acobertamento do político (entendido aqui como divisão de sentidos), de ser trabalhador, pagador de impostos, assujeitado, obediente e controlado.

A Análise do Discurso pretende, em suma, mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder, controle e dominação, mostrando como, pela linguagem, se produzem os contrapontos e se compreende como um objeto simbólico produz sentidos, transformando da superfície linguística em objeto discursivo (ORLANDI, 2001).

A vigilância por câmeras eletrônicas atende e produz sentidos em várias áreas da sociedade, e na representação da figura do Estado, elas produzem um efeito de fiscalização além de áreas do centro urbano. A demanda do trânsito por um sistema eletrônico de fiscalização, corrigindo possíveis falhas de automóveis e pedestres em vias públicas, coibindo condutores pelos atos de infração e a aplicabilidade de multas automáticas que seguem para os proprietários dos veículos em suas residências, trazendo o universo digital das câmeras de vigilância para esse setor. Barbai (2011) trabalha em seu artigo, intitulado “Uma imagem na cidade: No flagrante um sentido”, sobre os sentidos da cidade através das imagens fabricadas por um sistema monitorado pelas câmeras de vigilância. O efeito das câmeras na fiscalização do trânsito flagrando infrações inscreve um novo movimento discursivo nas ruas, planejando uma linguagem diferente. “Um tratamento adequado a questão do sentido demanda um novo deslocamento teórico, demanda uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual” (PÊCHEUX, [1969], 1997, p 72.).

Pêcheux afirma que o discurso, longe de se configurar como um lugar da plena liberdade humana, é sempre uma pronúncia a partir de condições de produções dadas, assim o sentido é constitutivo de uma certa base linguística, isto é, a partir dessa base linguística chega-se aos sentidos. Na materialidade da língua, nas suas condições sócio-históricas, serão dadas as condições de produções necessárias para a análise de discurso que não trabalha somente com as questões destacadas por Saussure, como funções da linguagem ou os sistemas linguísticos,

mas com aquilo que vem a partir daqui, para onde Michel Pêcheux colocou o seu olhar, que é língua em movimento, a produção de sentidos.

Quando lembramos a formação discursiva de um determinado aparato tecnológico, como as câmeras de vigilância, observamos que o seu funcionamento vai além da linearidade linguística, além dos enunciados e das suas formulações. A circulação no espaço urbano e o movimento da língua é que vai dar a noção de atravessamento dos sujeitos, fazendo funcionar a sua ideologia dependendo do lugar que este sujeito estiver falando, das condições de produção do discurso, dos acontecimentos. A Análise de Discurso, portanto, jamais vai apontar para um fechamento linguístico, ao contrário, ela vai se afastar da influência dominante do sujeito racional ou cartesiano, mostrando a abertura linguística, trabalhando com a incompletude no jogo do simbólico, a opacidade, os deslizamentos dos sentidos no texto, entendendo que a língua sempre será um sistema passivo de falhas e o falante um sujeito do jogo do inconsciente, como é bem colocado por Orlandi:

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI [1984], 2001, p. 37).

Partindo de uma construção alicerçada em teorias da Análise de Discurso, Barbai (2011) trouxe para o seu texto um elemento para observação que é uma multa de trânsito, na qual o momento é flagrado por uma câmera de vigilância, problematizando o modo como praticamos e participamos da cidade e como somos por ela significados.

As imagens das câmeras de vigilância que são tomadas como materialidade, produzem o entendimento da relação discurso-sujeito-mundo, onde as falhas irrompem na/pela língua e se inscrevem na história, produzindo sentidos. Tomar um texto, um dizer, uma imagem ou um enunciado como determinado pelas condições de produção do discurso, é que a Análise de Discurso Francesa trabalha a ideologia, na descrição do funcionamento das formações imaginárias, com o sujeito inscrito no simbólico para que produza seu dizer.

Quero trazer aqui uma observação sobre a ideologia quando falamos e refletimos sobre a tecnologia e a visibilidade destacada pela Análise de Discurso. A ideologia está em nós. Ela não é apenas um conjunto de ideias, regras e normas que funcionam como um aparelho manipulador de ações sociais a todo instante. A ideologia não é um ideário qualquer, mas um mecanismo imaginário pelo qual se produz essa própria evidência de que a ideologia é um ideário histórico-social que pode, de forma consciente ou não, ocultar e alterar a realidade pelas

ações humanas e que, no caso das novas tecnologias, funciona como uma reprodução fragmentada de imagens capturadas na relação que o sujeito tem com a cidade e em sua composição de significação, como em sua relação com a família, amigos, trabalho e lazer.

A regulação do Estado em forma de lei e a vigilância através das câmeras pode ser a de um grande controle ou seleção de atitudes, exatamente por produzir diferenças na relação socioeconômica, fazendo com que essa desigualdade encontre respostas no modo de viver contemporâneo, independentes da condição do sujeito que será constituído, confirmando que o espaço urbano não pode ser compreendido apenas como um conjunto de regras e normas ou que pode ser entendido como apenas um lugar de acontecimentos, dependendo das movimentações socioculturais ou pelos produtos alienantes preparados por uma relação de poder social por intermédio de aparatos do mundo digital usados para o controle.

Barbai (2011) chama de “industrialização da visão” a nova concepção de fazer/gravar/flagrar imagens no mundo contemporâneo, trazendo uma nova noção da mecanização dessas imagens que estão em grande quantidade instaladas nos espaços das cidades, gerando um processo de desejo de transparência nos espaços urbanos. Em busca principalmente de um espaço vigiado e controlado, convivemos num lugar cada dia mais modificado pela tecnologia. Esse desejo tem anterioridade histórica, tem a participação de acontecimentos diversos dentro de uma realidade simbólica onde os diversos tipos de sujeitos passam por nomeações do mundo que vive ou que escolhe viver, e com um sentido de existir e resistir, tornam-se sujeitos de uma sociedade vigiada, e, assim, o homem sempre vai produzir sentidos novos para o seu existir, seja em seus atos ditos individuais ou em seus grupos de convivência.

Por isso, a sociedade muda e a relação homem-história é impermanente e não está constituída, acabada, encerrada completamente. Ela vai se constituindo conforme a individuação vai formando ideologias diferentes e torna-se um dos maiores instrumentos da reprodução de status e atitudes da própria sociedade, fazendo com que as diferenças apareçam de acordo com a forma de viver de cada um e por isso o discurso implica uma exterioridade da língua, pois se inscreve na história.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

O objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da materialidade linguística e o assujeitamento instaurado pela vigilância que é, antes de mais nada, uma forma subjetiva de produção. A discursividade do controle e vigilância, dada por sentidos em relação às câmeras, seja no trânsito ou em qualquer outro ponto de centros urbanos, trabalha na sociedade essa subjetividade trabalhando nossa relação com o mundo, criando novos sentidos, e o faz pelas relações sociais, pelo modo como o sujeito (se) significa, produzindo sentidos sobre um controle urbano, costumeiro, confortável com as novas tecnologias. Nesse sentido, acredita-se que a sua utilização da tecnologia pode garantir a diminuição de crimes e até a sua própria segurança. Não se trata, pois, de um sujeito alienado, inerte e inserido na história com apenas uma constituição, mas de viver a história com todas as suas referências sociais, relações de convivências usando a linguagem como forma de ler o mundo. Tudo passa pela linguagem e tudo está filiado historicamente.

Tomadas em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma interação, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são máquinas de aprender (PÊCHEUX, [1967], p.54).

Como nós não somos a origem dos sentidos e por sermos diferentes falamos de um lugar social diferente, aberto a produção de efeitos de sentidos diferentes. Nessa produção, a língua é tomada como materialidade específica na Análise de Discurso e o simbólico é o lugar do político se dão as regulações, normatizações, punições, controles. Elencando no texto a questão documental, Barbai (2011) também analisa a materialidade linguística da “multa de trânsito”, jogando com os sentidos para abordar cientificamente o documento como um ato discursivo da autuação e acrescenta:

A imagem impressa funciona como o imaginário de uma paisagem urbana e terrestre totalmente abrangida pelo olhar. Nessa materialidade, o sujeito flagrado vive uma dupla punição: uma jurídica e outra política. A jurídica lhe obriga ao pagamento de uma multa; a política a contemplar em seu próprio corpo, com seu olhar, o horror do gesto simbólico e histórico em que sua identidade é apreendida: nesse flash do sentido, ele é o idem, o mesmo que um transgressor. O sujeito que vê a multa não a olha de fora, à distância. Ele é parte da cena. Na imagem, ele o território são um só, um único corpo virtual e real, atravessado pela linguagem (BARBAI, 2011, p. 176).

Como observado no texto de Barbai, a Análise de Discurso propõe como método teórico uma discussão que abre a língua e a coloca em funcionamento problematizando as formas

como se vê essa linguagem, levando o leitor ou o falante a buscarem entendimento sobre a sua própria produção no uso da língua e constatando através da sua opacidade e equívocos que nela não há neutralidade. A noção de território observado pela instalação de câmeras de vigilância em centros urbanos modifica o sentido de que as imagens são usadas apenas para coibir o crime organizado, para regular o trânsito e aplicar punições em motoristas infratores, não é mais apenas um olhar qualquer, um olhar paisagem, parado, e sim um olhar ativo, em movimento captando os movimentos, fazendo refletir o espaço urbano e aqueles que vivem dentro dele.

A proposta da Análise de Discurso é compreender como o discurso funciona no funcionamento da memória institucionalizada, estabilizada, que cristaliza sentidos colocando-os como transparentes. Desse modo, lemos as palavras de Orlandi (2009).

Uma proposta de reflexão. Sobre a linguagem, sobre o sujeito, sobre a história e a ideologia. Que tampouco tem a pretensão de fazer de todo mundo especialistas em análise de discurso, mas que, através do contato com os princípios e os procedimentos analíticos que aqui expomos, poderão se situar melhor quando confrontados com a linguagem e, por ela, com o mundo, com os outros sujeitos, com os sentidos, com a história (ORLANDI, [1984] 2009, p. 26).

Ao analisar a relação entre língua, sujeito e história, dentro dos procedimentos analíticos que a AD se propõe, fica temos que é a ideologia que se encarrega de inscrever na história a relação palavra-coisa, pois essa relação não está cristalizada, estabilizada quando pensamos na língua como um sistema fechado, mas de forma aberta, com suas contradições, seus equívocos, seu encontro com a história, com a psicanálise e, portanto, com a produção de sentidos.

Todas as observações e engendramento das câmeras de vigilância com a relação sujeito-mundo, nos fazem argumentar que a utilização dos aparelhos tecnológicos, especialmente as câmeras no centro urbano de Pouso Alegre, funcionam como objetos simbólicos que determinam os modos de atualização dos sentidos em relação a atravessamentos por esses ideais sociais de segurança, de controle, de observação e que, assim, vão se (re)significar pela história, no espaço urbano enquadrado pelas lentes das câmeras. Nessa pesquisa, buscamos analisar o funcionamento dos sentidos das câmeras urbanas, que, por sua vez, deslizam de câmeras de segurança a para vigiar, controlar, registrar imagens em locais públicos e não retornam para segurança e proteção do sujeito que utiliza o espaço público, de forma preventiva como é anunciado na construção original da lei do projeto “Olho Vivo”.

A obra **1984**, de George Orwell nos lança no tempo e nos faz comparar a ficção e a vigilância do espaço urbano no século XXI, quando é relatado na obra a história de Winston Smith, jovem que durante a trama nutre um repúdio pelo Partido, porém, devido a condições alheias a sua vontade, era obrigado a viver segundo o estilo de vida que lhe era imposto. No regime, apesar de não possuir leis que reprimissem os cidadãos diretamente, havia um controle baseado em uma moral que era estabelecido pelo próprio Estado, e que, se desrespeitadas, os faziam temer as sanções severas colocadas e impostas pelo próprio Estado, pois, até pequenos atos, como andar na rua ou escrever, se considerados uma fuga do padrão, poderiam ser enquadrados pelo partido como uma rebelião, sendo a pessoa considerada inimiga do Partido.

Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente (...) claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico (ORWEL [1945], 2016, p. 13).

Observando a relação entre o dizer na atualidade e sua memória, as câmeras de vigilância e a sua produção de sentidos, a incursão do digital no espaço urbano torna-se comum ao sujeito no contemporâneo. Como o romance em questão, onde o Estado impõe-se sobre todas as questões sociais, influencia a história do povo e seu passado, desenvolve e estabelece um novo modo de comunicação por um idioma novo, oprime e controla os indivíduos que discordam do regime constituído, acompanhamos hoje através do digital, das câmeras de vigilância, o mesmo sistema de informação por imagens capturadas no nosso cotidiano, na tentativa de nos colocar num espaço homogêneo, se atualiza manipulando e administrando nossas relações com o cotidiano e regulando as próprias relações sociais pelas ferramentas tecnológicas, pelo digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se palavras delimitam territórios, câmeras espalhadas pela cidade limitam a espontaneidade e revelam nossa privacidade no dia a dia. Nossa inquietação, para a realização desse trabalho, foi motivada pela produção de sentidos que se dá às imagens comuns, diárias, passantes, como inocentes gravações do cotidiano de pessoas, animais e automóveis no vai e vem frenético nas ruas. Gravações reveladoras, porém, em ocasiões de urgências e emergências, pelas câmeras instaladas em fachadas de lojas e muros de residências e algumas pelos próprios órgãos municipais e pela polícia em locais estratégicos, como cruzamentos ou prédios estatais, onde a denúncia criminal se faz valer dessas imagens, causando interferência na arquitetura e na paisagem urbana.

Tomados na/pela linguagem, em sua materialidade, analisamos o processo de produção de sentidos sobre segurança/vigilância ou ainda de insegurança, de medo. Estar seguro é algo próprio do ser humano, de acordo com estudos científicos, como a Pirâmide das Necessidades Humanas, de Maslow, que destaca a segurança como a segunda etapa em termos de necessidade básica, e que, sem ela, as outras posteriores jamais seriam alcançadas como necessidades de aceitação e vida em grupo, necessidade de autoestima e necessidade de autorrealização (COSTA, 1980, p. 60).

Como é crescente o uso de aparatos eletrônicos de vigilância pelas ruas, chamados aqui de olhar digital no espaço urbano para o controle da criminalidade em razão do medo e da sensação de insegurança em locais públicos, este trabalho questiona como o próprio título diz: as câmeras são para auxiliar nos procedimentos de segurança ou para vigiar? Mesmo sabendo que esses aparatos podem trazer benefícios preventivos à população, deve-se averiguar com cuidado a desnaturalização da convivência e a falta de qualidade de vida privada que todo cidadão tem, limitando a privacidade nesses mesmos locais públicos e de livre acesso.

Para colocar este assunto em questão, ‘segurança’ ou ‘vigilância’ por câmeras, é importante observarmos o deslocamento do sentido no urbano e com a premissa de que estaremos melhores sob este novo olhar, chamado aqui de olho digital no espaço urbano e imposto por uma ordem, uma lei que é própria do Estado.

O direito à privacidade discutido nesse estudo para confrontar os sentidos produzidos pelas câmeras de vigilância não pode ser outra coisa que o direito que as pessoas gozam de defender suas vidas de qualquer invasão por terceiros. Na sociedade, a divisão produzida pelo político é, em suas várias formas de agir, contraditória com a nossa forma de viver em liberdade, sejam atitudes para fins de regulação, produção de leis, vigilância para a diminuição da

criminalidade e outras. Cabe ao analista de discurso compreender o processo de produção dos sentidos divididos e que se inscrevem tocando pontos possíveis do real histórico na constituição de sujeitos e dos sentidos na materialidade discursiva.

É de grande importância as inquietações a respeito da vigilância em espaços públicos urbanos, quando o sugestionamento do uso desses aparatos eletrônicos, da ordem do digital, coloca evidências de que a intenção é diminuir a criminalidade por meio da prevenção. A realidade é que esses olhares eletrônicos das ruas não miram apenas os criminosos, pois estão em diferentes espaços públicos do urbano: escolas, elevadores, ruas, praças, shopping centers, portarias de prédios, bancos, supermercados, entre outros, como se vivêssemos em um grande reality show, de forma a colocar a intimidade do cidadão, permanentemente, acessível a milhões de pessoas.

A noção onipresente de segurança que impera em nossa sociedade contra tudo e contra todos nos apresenta algo novo como confinamento, sensação de vigilância, aumento do medo por consequência de imagens trazidas pelo sistema midiático, redução da nossa liberdade de ação e expressão, fatos que nos convidam a refletir porque não temos outras relações de sentidos a sociedade hoje, sentidos de mais liberdade e privacidade?

Minha trajetória artística na música, nos festivais do fim dos anos 70 e início dos anos 80, apresentada na introdução desse trabalho, época de forte resistência à ditadura militar, inscreveu-se nas relações sociais determinada pelo imaginário constituído no nascimento de um proletariado marginal. O levante popular da resistência nos tempos de hoje, século XXI, tem suas raízes encravadas e soldadas nas contradições de classes com o Estado e nos efeitos que o modelo de desenvolvimento capitalista e a crise mundial (re)produzem. Este levante marca de forma comum o surgimento de uma nova forma de subjetivação sociopolítica constituída pelas ações coletivas, ligada a site de relacionamento, utilizando a Internet e marca a emergência de um potencial revolucionário, de fortes mudanças estruturais na sociedade, tal qual tivemos em outras épocas pela música, literatura e meios de comunicação. Mesmo que a aristocracia partidária consiga desmobilizar os protestos existentes nesse início de século e aprofundar o caráter policial do Estado, eles não eliminarão essas condições estruturais.

Temos à nossa disposição a tecnologia digital voltada para resolução de problemas e que se inscreve na história como produtora de grande desenvolvimento e produz provas convincentes de que há novas formas de colaboração, planejamento e aprendizagem que possam sustentar mudanças sociais. Eis então uma problemática a ser discutida ainda por muito tempo. Enquanto isso, (com) viveremos com sentidos determinados por olhares eletrônicos nas

ruas e com a questão: câmeras de segurança ou para vigiar? Um olhar digital no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da Linguagem**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.
- BARBAI, Marcos Aurélio. Uma imagem na cidade: no flagrante um sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP. Jul./Dez. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida: diálogos com David Lyon/Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Blog, CFTV. Disponível em: <<http://CFTV.Blog.com.br>>, acesso em 07 de Ago. de 2017.
- BRASIL. **Código Civil Brasileiro**, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406>, acesso em 24 ago. 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>, acesso em 20 set. 2017.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>, acesso em 15 dez. 2016.
- CASTRO, Rafael Barreto; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNA, Fernando; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.
- COSTA, Maria. Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho. **Revista de administração de empresas**. vol.20, n.º.3, jul/set, Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo, SP: Editora 34, 1992.
- DIAS, Juciele Pereira. O cálice indizível e a demanda nas vozes das ruas-redes sociais. In: MARIANI, Bethania; MOREIRA, Carla Barbosa; DIAS, Juciele Pereira; BECK, Maurício; **Indizível, imperceptível e ininteligível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos**. Niterói, RJ. Eduff, 2017.
- DIAS, Juciele Pereira. Por uma definição de enciclopédia da Análise do Discurso: processos de criação de tecnologia no campo das ciências da linguagem. In: MARIANI, Bethania (Org.). **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise de Discurso e áreas afins**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Macunaíma, FAPERJ, CNPq, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 1987.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (2004) **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Trad. Bethania Mariani e Elizabeth Chaves de Melo. 2 ° Ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2010.

LEMOS, André. Câmeras de vigilância e a cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. **Revista Alceu**. revistaalceu.com.puc-rio.br/, vol.12, acesso em 20/10/2017, edição 23, 2011.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MELGAÇO, Lucas. **A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas-SP**. 2005. 128 f. Dissertação Mestrado Geografia Humana. USP. São Paulo, 2006.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana: da psicoesfera do medo a tecnoesfera da segurança**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2010, 274f.

MÍDIAS, **Mídia dramatiza violência, dizem pesquisadores**, Disponível em: <<http://www.ilanud.org.br/nota88.htm>>. Acesso em: 27/11/15.

MOREIRA, Carla Barbosa. Perfil bloqueado, suspenso, fora do ar: a atitude da censura no espaço digital. Trabalho apresentado no **VI SIMELP**, realizado de 24 a 28 de outubro de 2018, na cidade de Santarém, Portugal.

ONUKE, Giseli Miyoko, SALGADO, Luiz Antônio. CAMVIG: Da Câmera de Vigilância para a Câmeras de Proteção. **Revista Conexão**, 12 Agosto, FAP, Paraná, PR, 2011.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 28ª reimpressão, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua** [online]. 2010, nº 16. Volume 2.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas-SP, Pontes. 3ª Ed., 2001.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas-SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas-SP: Pontes, 2012.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes. 1996.

_____. **Introdução a ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas-SP, Pontes, 2006.

_____. Contextos epistemológicos da análise de discurso. **Revista Escritos**, nº 04, LAMBEURB, Campinas, SP, 2011.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. de Eni Orlandi, Campinas SP, 7ª Ed., 2015.

_____. [1975]. **Semântica e Discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. De Eni Orlandi, Campinas, Unicamp, 3ª ed. 1998.

_____. [1983]. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine; [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET, Françoise; HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas SP: Ed. Unicamp, 1990.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

APÊNDICE

Letra da Música

Hino do povo

Luiz Roberto Silva

Quem comanda este braço

Somos nós

Quem programa este cérebro somos nós

E quem levanta essa voz

Também somos nós

E num tempo mais louco espero você

Marchando com o povo

Para o povo te vê

Se unirmos nossas vozes

Você não nos calará

Se programarmos nossos cérebros

Você não nos matará

Porque a pátria é do povo

E ninguém tomará

ANEXO**Anexo 1.** Troféu do II FUC